



Universidade
Potiguar



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Natal

1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Potiguar – UnP vem, há 4 décadas, crescendo junto com o estado do Rio Grande do Norte e, ainda hoje, preserva em sua missão de formar cidadãos comprometidos com os valores éticos, culturais, sociais e profissionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte, da Região e do País, características que remontam a sua origem.

A Missão, a Visão e os Princípios Institucionais integram o perfil institucional como elementos norteadores da tomada de decisões e do provimento de recursos e investimentos que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos com o desenvolvimento sustentável do Estado, da Região e do País.

A missão da Universidade Potiguar é formar cidadãos comprometidos com os valores éticos, culturais, sociais e profissionais, contribuindo – através do ensino, da pesquisa e da extensão de excelência – para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte, da Região e do País.

A visão da UnP é “ser uma universidade de excelência na formação cidadã, pela prática efetivamente integrada do ensino, da pesquisa e da extensão, por uma gestão ética, ágil e inovadora e pela participação constante no desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte, da Região e do País”.

De acordo com o seu Estatuto, a UnP, como instituição pluridisciplinar formadora de quadros profissionais de nível superior, promotora da pesquisa e da extensão e, sob a forma de uma comunidade inspirada nas liberdades fundamentais, tem como objetivo geral a promoção do bem comum pelo desenvolvimento das ciências, das letras e das artes, pela difusão e preservação da cultura e pelo domínio e cultivo do saber humano em suas diversas áreas.

A UnP é a única Universidade particular do RN, atuando ao lado de três outras instituições públicas, da mesma natureza: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN e Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, as duas últimas com sede em Mossoró/RN,

onde funcionam também campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN e faculdades isoladas.

Com mais de 40 anos de funcionamento, a UnP, com sede em Natal, capital do Rio Grande do Norte – RN, iniciou suas atividades em 1981 (Parecer CFE n. 170, de 18/02/1981; Decreto n. 85.828/1981, D.O.U. de 20/03/1981). Seu credenciamento se deu com a oferta das graduações em Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Em 20 de março de 1981, o Decreto nº 85.828, de 19 de março de 1981, da Presidência da República, autorizava o funcionamento da Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis de Natal, de ensino privado, que teve o seu primeiro concurso vestibular realizado de 18 a 21 de abril daquele ano, com 100 vagas para cada um dos três cursos iniciais, com funcionamento provisório nas salas alugadas do Colégio Salesiano São José, sede provisória da Faculdade no bairro da Ribeira, na cidade do Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte.

Nesse cenário começava a se desenhar a maior empresa de educação superior em solo norte-rio-grandense, cujo produto são os serviços educacionais de nível superior, pagos, mas na conformidade da lei maior da educação vigente no país - a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB. Instituição de Ensino Superior privado e alma nordestina, a UnP traz, desde o seu nascer, a missão de contribuir para o crescimento do Rio Grande do Norte.

Em 1982, a mantenedora adquiriu o imóvel do histórico Colégio “7 de setembro”, na atual Rua Seridó, no bairro de Petrópolis, passando a faculdade a funcionar em instalações próprias. A expansão das instalações físicas teve início no ano de 1983, com a construção do prédio 2, e no ano de 1990, ocorreu nova ampliação física, com a construção do prédio 3, constituindo a antiga Unidade Floriano Peixoto do Campus Natal.

A década de 90 reuniu as maiores conquistas da UnP no setor educacional do Estado, começando pela troca de nomes. Em 1990, a Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis de Natal passou a se chamar Faculdade Unificada para o Ensino das Ciências – UNIPEC, tudo com o aval do Ministério da Educação, órgão regulador da educação superior no país. Começava, então, para a Instituição, a ampliação de novos cursos de graduação: Em 1991, Formação de Executivos,

Turismo e Processamento de Dados; em 1992, Direito; Em 1993, Ciências Biológicas, Educação Artística, Letras e Matemática; Em 1994, Engenharia Civil e Publicidade e Propaganda; E em 1997, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Computação, Fisioterapia, Farmácia, Fonoaudiologia, Jornalismo e Odontologia.

Nesta mesma década, já num contexto de crescimento acelerado do ensino superior no Brasil, a Faculdade Unificada para o Ensino das Ciências – UNIPEC submeteu uma Carta- Consulta ao então Conselho Federal de Educação - CFE, pleiteando a sua transformação em Universidade. Este objetivo era respaldado por condições concretas que legitimavam tal intenção, como a oferta de vários cursos superiores de reconhecida qualidade, formando profissionais que se colocavam bem no mercado de trabalho. Além disso o corpo docente era constituído de professores conceituados e a Faculdade possuía instalações próprias de qualidade, com um sistema de bibliotecas bem estruturado e com vasto acervo. Seus laboratórios de informática eram tecnologicamente atualizados e os demais laboratórios específicos de cursos atendiam bem às demandas do ensino.

Em abril de 1991, a Carta-Consulta foi aprovada e o Projeto de criação da Universidade Potiguar foi protocolado junto ao Conselho Federal de Educação em 20 de setembro de 1991. O projeto foi apreciado pela Comissão Especial de Universidades no dia 29 de janeiro de 1992 e aprovado em 10 de março de 1992, tendo sido fixado um prazo mínimo de três anos para sua implantação, sob a supervisão de uma Comissão de Acompanhamento. Mesmo tendo havido o fechamento do Conselho Federal de Educação, em outubro de 1994, a UNIPEC manteve o ritmo de execução dos compromissos assumidos no Projeto de Universidade e no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Durante este período, outros importantes marcos em sua história precisam ser registrados, como o lançamento da Unidade Salgado Filho, no ano de 1993. Por lá passaram cursos das mais diversas áreas do conhecimento: Direito, Ciências Biológicas, o extinto curso de Educação Artística e outras licenciaturas, até se tornar um local dedicado somente aos estudos da Escola das Ciências da Saúde. Em fevereiro de 2023 o campus Salgado Filho é totalmente reformado e volta a abrir cursos de todas as áreas do conhecimento, além de contar com um exclusivo Hospital

Simulado, o Centro Integrado da Saúde (CIS), o Serviço Integrado de Psicologia (SIP), a Clínica Médica Veterinária (CMV) e o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ).

Em 1995 a UnP ampliou mais uma vez sua estrutura e inaugurou a Unidade Nascimento de Castro, casa dos cursos da área das Engenharias, e onde também funcionava o Centro de Excelência em Pesquisa Aplicada da UnP, o e-Labora, campus esse que foi desativado em 2022.

Seu credenciamento, como Universidade data de 1996, por meio de Decreto s/n de 19 de dezembro desse ano (D.O.U. de 20 de dezembro de 1996). A coincidência do credenciamento da Universidade com a edição da LDB, em 1996, motivou uma imediata atualização do PDI, adequando-o à nova realidade. Foram, então, redefinidas as bases político-filosóficas da Universidade, suas políticas acadêmicas e administrativas, o modelo de gestão e a distribuição dos recursos humanos, tudo isso como objetivos e metas do PDI – 1997/2001.

Cumprindo a tríade do Ensino Superior, a UnP oferece ensino, pesquisa e extensão associados a um amplo Programa de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Desde o ano de 1998, a UnP conta com o incentivo do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Potiguar – ProBIC/UnP, para estimular, entre os estudantes de graduação, a vocação para a Ciência, mediante a sua participação em projetos de pesquisa institucional sob a orientação de professor-pesquisador.

A partir de 2002, um novo período de desenvolvimento institucional se inicia com o terceiro PDI – período 2002-2006. A perspectiva, nesse momento institucional, era consolidar a atuação no ensino, expandir os serviços educacionais no Estado do Rio Grande do Norte e aprimorar a integração do ensino com a pesquisa e com a extensão.

A Unidade Roberto Freire surgiu nesse ano de 2002, mas foi somente no ano de 2005 que passou a funcionar no atual prédio, ambiente plural, como uma verdadeira universidade deve ser. Nesta Unidade funcionou o berço dos novos criativos potiguares no Design e Comunicação Social, além dos cursos da área de Tecnologia da Informação. Tudo isso sem perder espaço para as tradicionais e consolidadas

graduações em Administração, Direito, Serviço Social e Psicologia e Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão. Também foi sede do Empreende, um Centro de Excelência em Empreendedorismo, e da Reitoria da Universidade, que funcionava em um prédio anexo à Unidade. Em janeiro de 2023 todos os cursos e setores dessa unidade foram transferidos para o Campus Salgado Filho.

Ainda em consonância com a missão de contribuir para o desenvolvimento regional, a Universidade Potiguar chegou à região oeste do estado, no ano de 2002, com a implantação do campus fora de sede, na cidade de Mossoró, criado pela Portaria Ministerial nº 2.849, de 13 de dezembro de 2001, coincidentemente Dia de Santa Luzia, padroeira da cidade, para oferta dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito. O Campus Mossoró funcionou inicialmente nas instalações do Colégio Diocesano, mas o crescimento e a consolidação da UnP na região foram tamanhos que no início do ano de 2007 houve a inauguração das novas instalações do Campus Mossoró, na avenida João da Escóssia, atual endereço do Campus.

Em 2004, por circunstâncias da história da educação superior nacional, houve uma alteração e atualização no PDI 2002-2006, com a edição de um novo documento com extensão até 2011, este inserido no sistema SAPIENS do MEC. Naquele momento foram introduzidos os desafios da educação a distância, a consolidação dos cursos nas diversas áreas do conhecimento e em bases sustentáveis para a expansão da Universidade no Estado.

O início da Educação a Distância (EaD) na UnP é marcada com a instalação do Núcleo de Educação a Distância (NEaD), responsável por articular, planejar, coordenar e ofertar as ações de educação a distância, organizando-se numa estrutura tecnológica, financeira e de recursos humanos necessária à sua plena viabilização, destacando-se a utilização e aperfeiçoamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), então denominado UnP Virtual.

Em fevereiro de 2005, a Universidade é credenciada para a oferta cursos de pós-graduação em nível lato sensu (Portaria MEC n. 1618/2005), apta a desenvolver os cursos de especialização em Gestão Educacional e em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em 2006, ano comemorativo de seus 25 anos de atuação como instituição de ensino superior, a UnP obteve a autorização de funcionamento do Curso de Medicina, através do Parecer Nº 11/2006, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo Ministro da Educação conforme despacho publicado no Diário Oficial da União de 08 de março de 2006, o que foi um grande impulsionador para que nos anos seguintes a Universidade investisse cada vez mais na consolidação dos cursos na área de Ciências da Saúde.

Em 2006 registra-se outro marco histórico. É quando a UnP é credenciada, por 5 (cinco) anos, para o desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação a distância em todas as Unidades da Federação, conforme a Portaria MEC nº 837, de 3 de abril de 2006.

Em novembro de 2007, a UnP passou a integrar a Laureate International Universities, uma rede global líder em Ensino Superior. A partir de então, a UnP passou a ofertar para a sua comunidade importantes diferenciais, como, por exemplo, a possibilidade de seus estudantes e professores realizarem atividades de intercâmbio em outras unidades da Rede Laureate no mundo. A internacionalização passa, então, a ser parte do cotidiano da UnP, essencial para que a comunidade passe a ampliar as fronteiras do conhecimento e melhorar a percepção quanto ao mercado de trabalho globalizado vigente.

Em 2009, houve a ampliação da atuação geográfica da Universidade em outros municípios do estado do Rio Grande do Norte e do país, através da implantação de polos EaD.

Em 2012, a UnP foi credenciada pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 529, de 10 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2012, Seção I, pág. 19. A partir desse momento, a evolução histórica institucional, já marcada pelo contínuo crescimento e qualidade de suas iniciativas, segue com redimensionamentos e aperfeiçoamentos, considerando a condição de internacionalidade da UnP e os resultados da avaliação institucional.

Em 2019, por meio do processo e-MEC nº 201114851 a UnP foi credenciada para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância através da Portaria nº 729,

de 01/04/2019, publicada no Diário Oficial da União de 02/04/2019, Seção I, pág. 35, o recredenciamento citado é válido por 8 anos.

Em 2020, por meio do processo e-MEC nº 201710862 a UnP foi recredenciada, através da Portaria nº 48, de 14/01/2020, publicada no Diário Oficial da União de 15/01/2020, Seção I, pág. 15, o recredenciamento citado é válido por 10 anos.

Em maio de 2021, a UNP, passou a integrar o grupo Ânima Educação, quarta maior organização educacional privada do cenário nacional, que tem como meta organizacional “transformar o país através da educação”, o que contribui, positivamente, para o fortalecimento da sua missão institucional, bem como para a formação sólida dos seus egressos.

A UnP tem a sua estrutura física assim organizada: Campus Natal, com duas Unidades –Salgado Filho e Zona Norte; e Campus Mossoró, fora da sede, autorizado nos termos da Portaria/MEC n. 2.849, de 13 de dezembro de 2001. Além disso, opera em polos de educação a distância localizados no interior e na capital do Rio Grande do Norte (RN) e em outras Unidades da Federação – regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Conta ainda com um núcleo avançado denominado Núcleo Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (NIPEC), em Parnamirim – município da Grande Natal.

A instituição possui um portfólio de mais de 170 cursos de Graduação, sendo os cursos presenciais divididos nos campi de Natal e Mossoró, e na educação a distância (EaD) os cursos são ofertados em polos no RN e em outras Unidades da Federação.

No sentido de ampliar a atuação e o nosso alcance geográfico, levando a oferta de cursos de qualidade e acesso à educação superior a uma região estratégica e com demanda educacional significativa, em 2019, por meio do processo 201926785, a Universidade Potiguar ingressou junto ao MEC, com o pedido de credenciamento de um campus fora de sede no município de Caicó, onde hoje funciona um polo da unidade. Isso permitirá à IES expandir a sua capacidade de atendimento, estabelecendo presença física em uma localidade onde há demanda pelo ensino superior de qualidade. Além disso, o credenciamento do campus fora de sede está alinhado com a nossa missão institucional de promover a democratização do ensino, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades

atendidas. Com esse novo campus, pretendemos oferecer cursos presenciais de graduação e de pós-graduação, fortalecendo a formação acadêmica e profissional dos estudantes, assim como fomentar ainda mais a pesquisa, a extensão e inovação na região. A intenção da expansão para um campus fora de sede em Caicó reforça o nosso compromisso com a excelência acadêmica e com a responsabilidade social, proporcionando oportunidades educacionais de qualidade para um número maior de estudantes.

Na pós-graduação lato sensu, implantada desde os anos 1990, a oferta EaD compreende um portfólio de mais de 300 cursos de especialização, nos mais diversos campos de conhecimentos.

Em nível stricto sensu conta com dois doutorados, um em Administração e outro em Biotecnologia com parceria com a Renorbio; e três mestrados profissionais – Administração, Biotecnologia e Psicologia Organizacional do Trabalho. e um acadêmico – Administração.

Todos os cursos de graduação e de pós-graduação e respectivas atividades de ensino, pesquisa e extensão encontram-se organizados por áreas de conhecimento: Arquitetura, Design e Moda; Comunicação e Artes; Direito; Educação; Engenharias e Tecnologia da Informação; Gestão e Negócios; Hospitalidade e da Saúde. Estas, por sua vez, estabelecem a gestão dos seus cursos sob quatro fundamentos institucionais cobrindo todas as dimensões estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): qualidade acadêmica; empregabilidade; internacionalidade; responsabilidade social.

Desde sua criação, a instituição busca articular as políticas e diretrizes das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com as vocações e demandas socioeconômicas da região. A história da UnP demonstra o quanto o compromisso com a qualidade acadêmica tem sido responsável por seu crescimento sustentável. Além disso, a atuação junto à comunidade, promovendo ações de pesquisa e extensão, voltadas para o atendimento das demandas sociais, confirma o nosso compromisso institucional com o desenvolvimento regional.



2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Direito
Grau: Bacharelado
Modalidade: Presencial
Duração do curso: 10 semestres
Prazo máximo para integralização do currículo: 16 semestres
Carga horária mínima: 3760 hora-relógio
Carga horária máxima: 4240 hora- relógio

3. PERFIL DO CURSO

3.1. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

É nesse contexto que o curso de Direito da Universidade Potiguar está inserido.

De acordo com o PNE, Lei nº 13.005/2014, nenhum país pode aspirar ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior.

Nesse sentido, a IES contribui para o desenvolvimento humano na cidade, oferecendo o curso de Direito, cujo projeto pedagógico atende às expectativas e necessidades do aluno ingressante, do mercado e da sociedade que os receberão quando egressos, sempre considerando o momento histórico, econômico e tecnológico da cidade, da região, do Estado e do Brasil.

A IES trabalha em prol do desenvolvimento das competências e habilidades técnico-instrumentais necessárias para capacitar o estudante e, ao final do curso, entrega à sociedade um profissional apto para resolver os desafios que lhe serão postos.

Tal perfil possui clara sintonia com o currículo concebido para o Curso de Direito, em que se confere grande importância para a formação do jurista, sem olvidar novas áreas do conhecimento jurídico que ora se destacam para uma exata compreensão da realidade global, tais como Direito Internacional, Direito do Consumidor, Direito Ambiental, Direito Empresarial, Direito Digital dentre outras.

Assim, o que se pretende destacar é que a formação jurídica é cada vez mais rica em oportunidades de exercício profissional e que, por isto, é crescente o interesse de alunos egressos do Ensino Médio pelo curso de Direito, bem como de profissionais de outras áreas do conhecimento que, ao agregar a formação jurídica a seus respectivos currículos, terão a oportunidade de crescerem em suas já consolidadas carreiras.

Portanto, o curso de Direito da Universidade Potiguar corresponde a uma necessidade imperiosa do mercado e assegura a formação de profissionais com competências e habilidades necessárias à profissão.

4. FORMAS DE ACESSO

O acesso aos cursos superiores poderá ocorrer das seguintes formas: alunos calouros aprovados no vestibular, na seleção do Prouni ou usando a nota do Enem. Os cursos superiores são destinados aos alunos portadores de diploma de, no mínimo, ensino médio. A IES publicará o Edital do Vestibular, regulamentando o número de vagas ofertadas para cada um dos cursos, a data e o local das provas, o valor da taxa de inscrição, o período e o local de divulgação dos aprovados, além dos requisitos necessários para efetivação da matrícula. O edital contemplará também outras informações relevantes sobre os cursos e sobre a própria Instituição. Haverá, ainda, a possibilidade de Vestibular Agendado, processo seletivo em que o candidato poderá concorrer às vagas escolhendo a melhor data entre as várias oferecidas pela instituição.

O processo seletivo será constituído de uma prova de redação e de uma prova objetiva de conhecimentos gerais, composta por questões de múltipla escolha, nas áreas de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias; Ciências Humanas e Suas Tecnologias; Matemática e Suas Tecnologias; e Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias.

A prova de redação irá propor um tema atual a partir do qual serão verificadas as habilidades de produção de texto, raciocínio lógico, coerência textual, objetividade, adequação ao tema e aos objetivos da proposta, coerência, coesão, pertinência argumentativa, paragrafação, estruturação de frases, morfossintaxe, adequação do vocabulário, acentuação, ortografia e pontuação.

4.1. OBTENÇÃO DE NOVO TÍTULO

Na hipótese de vagas não preenchidas pelos processos seletivos, a Instituição poderá, mediante processo seletivo específico, aceitar a matrícula de portadores de diploma de curso de graduação, para a obtenção de novo título em curso de graduação preferencialmente de área compatível, nos termos da legislação em vigor.

4.2. MATRÍCULA POR TRANSFERÊNCIA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), no artigo 49, prevê as transferências de alunos regulares, de uma para outra instituição de ensino, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo. De acordo com as normas internas, a Instituição, no limite das vagas existentes e mediante processo seletivo, pode aceitar transferência de alunos, para prosseguimento dos estudos no mesmo curso ou em curso afim, ou seja, da mesma área do conhecimento, proveniente de cursos autorizados ou reconhecidos, mantidos por instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, com as necessárias adaptações curriculares, em cada caso.

Todas essas diretrizes valem para o curso e serão objeto de comunicação com o ingressante, pelo site institucional ou por comunicação direta.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1. OBJETIVO GERAL

5.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Além do objetivo geral acima descrito, o curso conta ainda com os seguintes objetivos específicos que compreendem competências e especializações definidas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso para cada uma das unidades curriculares que compõem a matriz do curso, em alinhamento as normativas do curso. Esse conjunto de objetivos envolve:

6. PERFIL DO EGRESSO

Por perfil e competência profissional do egresso, entende-se:

Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações (BRASIL Inep, 2019, p. 33).

O curso de Direito da IES forma um profissional generalista, sendo desenvolvidas as competências, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para que atue no mundo do trabalho de forma autônoma, crítica, ética e responsável, com habilidade na utilização de tecnologias jurídicas, voltado à solução pacífica dos conflitos, preferencialmente por meio de métodos de solução consensual, que detenha não só as competências técnicas (hard skills) para operar o ordenamento jurídico, mas que, antes de tudo, tenha consciência do seu papel frente à realidade sócio-político-econômica que se apresenta na ordem interna e internacional, sendo, dessa forma, capaz de analisar criticamente o funcionamento das instituições jurídicas e de propor alternativas para a efetividade da justiça e para a consagração da igualdade em seus diferentes planos.

O Perfil do egresso objetivado pelo curso de Direito da IES ajusta-se às competências estabelecidas na DCN do Curso de Direito, relacionando-as com as oportunidades e necessidades do mundo do trabalho (soft skills), de forma que os seus componentes curriculares foram estruturados a partir das oportunidades atuais e futuras do mundo do trabalho.

Nesse sentido, a IES trabalha em prol do desenvolvimento das competências, conhecimentos, habilidades e atitudes técnico-instrumentais necessárias para formar plenamente o estudante e, ao fim do curso, entregar à sociedade um bacharel apto para reconhecer, classificar e aplicar os fenômenos jurídicos, com diferenciada habilidade em pesquisa jurídica, eficiente leitura e interpretação de textos jurídicos, dotado de uma linguagem adequada e concisa, eficiente raciocínio lógico, crítico e analítico, próprio a conduzi-lo à boa técnica de argumentação e persuasão, flexível a ponto de saber conciliar e adequar situações diversas entre terceiros e sempre atento às coisas de seu tempo e local.

Tal perfil possui clara sintonia com o currículo concebido para o curso de Direito da IES, em que se confere grande importância às Unidades Curriculares para a formação do jurista, sem esquecer novas áreas do conhecimento jurídico que ora se destacam para uma exata

compreensão da realidade global, tais como Direito Digital, Solução de Conflitos e Trabalhos com Grupos, Estado, Política e Direito, Estrutura e Ambientes das Organizações, dentre outras.

Tem-se como objetivo conferir aos estudantes, informações complementares para uma melhor formação humanística, com diferenciado compromisso social e postura ética. Tais informações visam a uma capacitação para investigar, analisar e interpretar, de modo crítico, a realidade interna e internacional, a partir das atividades complementares de graduação, assim como nas atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo curso de Direito da IES, em que a produção epistemológica e metodológica do saber jurídico tome o Direito como um fenômeno social, objetivando uma intervenção no plano da transformação e da mudança social.

O curso de Direito da IES direciona-se, pois, à formação de juristas que, habilitados por suas competências, conhecimentos, habilidades e atitudes, assim como pela reflexão crítica e pelo desenvolvimento do raciocínio lógico-jurídico, possam desenvolver-se pessoal e profissionalmente e, assim, servir a sociedade, não só pela proficiência nos campos de trabalho relacionados ao conhecimento jurídico, mas pela condição de liderança que venham a exercer. Com isso, o egresso é dotado de um perfil dinâmico, versátil e generalista, para que, fazendo frente aos desafios do competitivo mundo do trabalho contemporâneo, atue com sucesso na carreira jurídica que escolher.

Além do aspecto humanístico e social, o curso de Direito tem como diferencial no processo formativo dos estudantes a competência, conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas a inovação, ao uso da tecnologia para resolver conflitos e ao empreendedorismo. A IES acredita, apoiada em estudos do Fórum Econômico Mundial, que é necessário desenvolver competências que preparem o estudante não para o Direito do passado ou o do presente, mas o Direito do futuro, que demandará competências que ultrapassem a abordagem técnica e dogmática da Ciência Jurídica (hard skills) e demandam por um profissional desejado e esperado pelo mundo do trabalho, com perfil inovador, empreendedor, acolhedor, que sabe trabalhar em equipe, liderando ou sendo liderado, que está aberto a conectar o Direito com as outras áreas do conhecimento humano, que usa a tecnologia não apenas como ferramental de trabalho, mas como instrumento de transformação do mundo do trabalho e como forma de solucionar os mais diversos conflitos sociais.

A matriz curricular possui uma Unidade Curricular inovadora denominada Direito Digital, que possui em sua ementa, entre outros temas, os seguintes: direito humano à inclusão digital:

acessibilidade e ciberativismo, inovação na gestão pública, cidades inteligentes, identidade digital, lei da transparência, liberdade de expressão, fake news e discurso de ódio, inteligência artificial, blockchain, jurimetria, criptografia, lawtechs, engenharia jurídica, informatização do Poder Judiciário, processo eletrônico, poder judiciário (e polícias) preditivo, resolução de disputas online, nova economia: relações trabalhistas, criptoativos, fintechs, meios de pagamentos virtuais (PIX), produtos e serviços digitais (relação de consumo), uberização, crowdfunding, startups, direitos autorais na internet, domínio público, copyright, copyleft e creative commons, legal design, visual law, bens digitais, compliance digital, crimes informáticos, perícia digital, realidade aumentada e realidade virtual.

Entre as competências desejadas com a Unidade Curricular de Direito Digital destacam-se a compreensão do impacto das novas tecnologias na área jurídica, o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito, o desenvolvimento da capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter multidisciplinar e a compreensão, de forma integrada, dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, entre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito.

Vê-se, portanto, que o curso de Direito se mostra comprometido com a formação de um profissional preparado para a realidade do mundo do trabalho e que estará apto não só para atuar nas diversas profissões jurídicas, mas munido das competências, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para desenvolver plenamente o seu potencial em um mundo em constante transformação.

Dessa forma, o estudante está plenamente sintonizado aos mais atualizados conhecimentos do campo profissional, da ciência, da cultura e da tecnologia, o que lhe possibilita não apenas o acesso a uma carreira plena, mas a novas visões de mundo e a uma vida cultural mais rica e universal, sem que se deixe de considerar suas raízes mais importantes: a sua vinculação com uma determinada realidade regional, que clama por soluções para os seus problemas e sua condição de profissional do Direito.

Ainda no contexto da inovação, o curso de Direito conta com o apoio do projeto NPJ-Digital, uma espécie de gêmeo digital do Núcleo de Práticas Jurídicas, funcionando como um simulador dos mais variados ambientes de atuação da área jurídica, tais como entrevistas, audiências, conciliações, movimentações processuais etc. É como se houvesse um espelho digital do Núcleo de Práticas Jurídicas. Dessa forma, é possível prevenir ou imaginar os mais variados cenários muito antes que aconteçam. A vantagem de o estudante ter acesso a um gêmeo digital é potencializar as suas competências e habilidades processuais e tecnológicas

e minimizar a possibilidade de erro processual, tornando o produto jurídico confiável e eficiente.

O NPJ-Digital é um projeto que permite o desenvolvimento de atividades processuais reais ou simuladas de uma forma completamente inovadora, com o desenvolvimento e o gerenciamento das atividades realizadas no Núcleo de Práticas Jurídicas, o acompanhamento dos casos reais pelos estudantes de forma digital. O NPJ-Digital, integrado ao ULIFE, permite que os estudantes, desde o primeiro semestre do curso, desenvolvam competências, conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas às áreas de atuação do Direito, combinando teoria e prática, aproximando os estudantes do mundo do trabalho.

O NPJ-Digital, muito além de proporcionar o letramento digital (práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação), previsto nas DCN dos cursos de Direito (Parecer n. 757, homologado e publicado em 15 de abril de 2021), promove uma aprendizagem focada na prática desde o início do curso de Direito, estimulando experiências profissionais desde o ingresso na graduação e ainda permite o desenvolvimento e acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso, a integração e supervisão dos estágios externos, a realização de simulados para OAB e ENADE e avaliação diagnóstica do estudante, a construção de um portfólio de resolução de casos e o acompanhamento individualizado das competências do estudante (*feedback*).

O curso de Direito da IES revela-se, portanto, comprometido com a formação de um profissional preparado para a realidade do mundo do trabalho e que está apto, não só para atuar nas diversas profissões jurídicas tradicionais, mas, em especial, nos novos espaços de atuação jurídica. Dessa forma, o estudante está plenamente sintonizado aos mais atualizados conhecimentos do campo profissional, da ciência e da cultura, o que lhe possibilita não apenas o acesso a uma carreira plena em alternativas profissionais, mas a novas visões de mundo e a uma vida cultural mais rica e universal, sem que se deixe de considerar suas raízes mais importantes: a sua vinculação com uma dada realidade regional, que clama por soluções para os seus problemas, e sua condição de profissional do Direito.

A concretização das Diretrizes Curriculares Nacionais se estabelece no desenvolvimento das competências cognitivas, instrumentais e interpessoais previstas para o graduado em Direito (art. 4º, Resolução n. 5/2018, MEC/CNE/ CES) em todo seu percurso acadêmico, notadamente em cada uma das Unidades Curriculares previstas no currículo, conforme pode ser observado a seguir:

Unidade Curricular/Competência DCN	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV
Bens, posse e propriedade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
Direito digital	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X
Direito processual civil	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Direito processual do trabalho e a seguridade social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Direito processual penal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Estado, política e direito	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X
Estrutura e ambiente das organizações		X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
Negócios e contratos jurídicos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
O controle social e o direito penal	X	X	X	X	X		X	X		X	X	X	X	
Pessoas, relações familiares e sucessórias	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Relações estatais, meio ambiente e sustentabilidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
Relações jurídicas internacionais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Relações trabalhistas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sistema tributário nacional e a atividade empresarial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	
Solução de conflitos e trabalho com grupos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Teoria geral do direito	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X		X

Além disso, verifica-se que o perfil do egresso do curso de Direito e a estruturação da matriz curricular relaciona-se com as oportunidades e as necessidades atuais e futuras do mundo do trabalho, pois é nítida a possibilidade de ampliação e adaptação dos componentes curriculares em razão de novas demandas no exercício das atividades no meio jurídico.

Nesse sentido, o componente curricular do Vida & Carreira, ofertado no início do curso, que guia toda a trajetória acadêmica do estudante, promove o autoconhecimento, facilitando a compreensão da atuação do estudante no mundo do trabalho, atual e futuro.

Por meio do projeto do Vida & Carreira, o estudante se torna o protagonista de sua vida profissional recebendo a orientação para desenvolver mecanismos para sua autogestão e o planejamento de sua carreira com base em suas habilidades, interesses, competências comportamentais e técnicas, talentos, personalidade etc.

Ao longo da jornada acadêmica o estudante tem acesso, ainda, a cursos de curta-duração, denominados *nanodegrees*, que permitem o desenvolvimento e o aprimoramento das competências com destaque para aquelas valoradas pelo mundo do trabalho.

Ademais, leva-se em consideração que a concepção do processo de ensino-aprendizagem perpassa, necessariamente, para a preparação do estudante para atuar como sujeito que desenvolve a competência da autonomia, como destacado neste projeto, com destaque para

o “aprender a aprender” e o “aprender a ser”, condições necessárias para a atualização e o crescimento pessoal e profissional contínuo.

A essa linha de atuação, agrega-se o acompanhamento do egresso que traz dados e elementos importantes nas propostas a serem referendadas no curso de forma a ampliar a formação em vista de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho de forma dinâmica e assertiva.

Espera-se, desta maneira, formar um egresso do Curso de Direito da Universidade Potiguar que apresente formação de alto nível e que, assim, possa contribuir para o desenvolvimento das Ciências Jurídicas e para a transformação do país. O egresso poderá atuar nas mais diversas áreas em todo percurso jurídico, que vai desde à consultoria, empresas privadas e ONG's, servidor publico nas esferas municipais, estaduais e federais, além da docência no ensino superior.

7. METODOLOGIAS DO ENSINO/APRENDIZAGEM

A Universidade Potiguar busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. A aprendizagem é entendida como um processo ativo. Nesse sentido, o papel do educador se transforma e os currículos precisam incorporar a aprendizagem ativa e engajar os estudantes no processo de aprendizagem.

Para isso, currículo do curso contempla novas ambientações e formas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. Em termos didático-metodológicos de abordagem do conhecimento, isso significa a adoção de metodologias que permitem aos estudantes o exercício permanente do pensamento crítico, da resolução de problemas, da criatividade e da inovação, articulados a um itinerário de formação flexível e personalizado.

No contexto da matriz curricular, estão também previstos projetos ou trabalhos que potencializam a integração entre os saberes construídos e a realidade, fortalecendo a concepção de conhecimento como rede de significações e possibilitando, assim, uma visão global e sistêmica do conhecimento, em que se considera contexto histórico-social numa perspectiva relacional e de interdependência com o universo acadêmico e o mundo do trabalho. As experiências de aprendizagem dos estudantes possibilitam o alinhamento entre seus desejos, interesses e objetivos profissionais às demandas sociais, da comunidade local ratificando a função social da IES e a significatividade da aprendizagem.

Este processo se concretizará pelo uso metodologias ativas de aprendizagem¹, comumente empregadas com o intuito de favorecer a autonomia e despertar o interesse do estudante, estimulando sua participação nas atividades em grupo ou individuais. As metodologias ativas consideram o estudante como sujeito social, não sendo possível o trabalho sem a análise das questões históricas, sociais e culturais de sua formação. Nesse contexto, em uma abordagem interacionista, o estudante não é visto como um ser passivo, que apenas recebe informações e conhecimentos, mas

¹ O papel positivo que exercem nas formas de desenvolver o processo de aprender tem sido o maior impulsionador de sua proliferação nos ambientes educacionais e o motivo central que levou a IES à sua incorporação

sim como um ser ativo, que faz uso de objetos e gera suas significações para conhecer, analisar, aprender e, por fim, desenvolver-se. Aqui, o estudante é o autor de sua aprendizagem.

Didaticamente, com a adoção das metodologias ativas o curso conquista uma maior eficiência na atividade educativa, deslocando-se o papel do educador, como mero transmissor de um conhecimento estanque, para o de um mediador, que favorece, de forma ativa e motivadora, o aprendizado do estudante crítico-reflexivo.

As metodologias ativas contribuem para o desenvolvimento, de fato, das competências necessárias ao egresso que se espera formar, considerando atividades pedagógicas que estimulem o pensamento crítico-reflexivo, o autoconhecimento e a autoaprendizagem. Para isso, estão no escopo o uso de diversas metodologias ativas, como a sala de aula invertida (*flipped classroom*), a instrução por pares (*peer instruction*), o PBL (*project based learning* e *problem based learning*), o *storytelling*, dentre outras de acordo com as especificidades do curso e das Unidades Curriculares, havendo inclusive capacitações e programas de treinamento para os educadores.

Para que as metodologias ativas aconteçam não nos limitamos a todo aparato oferecido pela infraestrutura. No contexto da proposta pedagógica do curso, subsidiada pelo Ensino para a Compreensão (EpC), o conceito de compreensão está vinculado ao desempenho. Ter desempenho é mais do que "saber", é "pensar a partir do que se sabe".

Dessa forma a organização do trabalho pedagógico é orientada para uma constante atividade cognitiva dos alunos e alunas, para a interação, debate e construção colaborativa dos conhecimentos. Elementos essenciais que embasam as metodologias ativas.

Neste Contexto, as ferramentas tecnológicas e o aparato da infraestrutura cumprem papel de apoio e de cenário para o desenvolvimento e construção dos desempenhos a partir de metodologias ativas. Observe-se que as metodologias ativas promovem a conexão com o sentido do que se constrói como conhecimento, ou seja, não se trata de atividades realizada com um fim em si mesmo.

A utilização de metodologias ativas e das ferramentas tecnológicas é objeto das propostas de formação continuada dos professores e professoras. Somado a isso o uso da IA em geral e dos *chatbots* em particular são temas de debates nos momentos de formação dos professores, para que, sim, sejam utilizados e que, em sua inserção nas atividades, estejam presentes o senso crítico, a análise, a autonomia e a criatividade, de forma que se coloquem a serviço dos estudantes e professores, sob a perspectiva de apoio e não de saber soberano.

Em síntese, as metodologias ativas conectam as experiências de aprendizagem à realidade dos alunos e dos problemas do mundo real. Elas colocam o estudante no centro do processo ensino-aprendizagem, instigando sua autonomia na busca do conhecimento, estimulando sua capacidade crítica e reflexiva em torno do que está aprendendo e promovendo situações em que ele possa vivenciar e colocar em prática suas aprendizagens.

Elas promovem a aprendizagem ativa, possibilitando que os alunos mobilizem os seus conhecimentos nas mais diversas situações, com flexibilidade e capacidade de resolução de problemas. O professor é um parceiro ativo neste processo, criando experiências de aprendizagem em que os alunos possam vivenciar a colaboração, o compartilhamento de ideias e a pesquisa ativa.

Os estudantes são instigados a refletir e a se posicionar de forma crítica sobre problemas reais relacionados à futura profissão, a tomar decisões individuais e em grupo, propor soluções e avaliar resultados.

A **acessibilidade metodológica do currículo** se concretiza na diversificação metodológica adotada para atender as necessidades de atendimento especializado e criar a acessibilidade curricular para todos os estudantes e, especialmente aqueles que necessitam de estratégias e recursos específicos para que possam aprender com equidade. Para a acessibilidade plena, diversas ações são realizadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI).

Em suma, a abordagem didático-metodológica, no conjunto das atividades acadêmicas do curso, favorece o aprimoramento da capacidade crítica dos estudantes, do pensar e do agir com autonomia, além de estimular o

desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em um processo permanente e dinâmico, estabelecendo a necessária conexão reflexiva sobre si e sobre a realidade circundante, em específico com temas contemporâneos, como ética, sustentabilidade e diversidade cultural, étnico-racial e de gênero.

Estão inclusas dentro dessas metodologias, o ensino híbrido (*blended learning*), abordagem metodológica na qual estudantes e educadores desenvolvem interações tanto no ambiente presencial como no ambiente online. Assim, as atividades presenciais são complementadas pelas atividades *online* e vice-versa, e os objetivos são alcançados com a interação efetiva entre as duas formas de ensino. Essa modalidade permite maior flexibilidade, interação e colaboração entre os estudantes, maior acessibilidade e interatividade na disponibilização de conteúdos. Com a constante evolução das tecnologias digitais, as atividades *online* envolvem tanto momentos síncronos - que são gravados para que o aluno se aproprie das discussões quantas vezes quiser e no momento que lhe for mais apropriado - quanto assíncronos, além de utilizarem recursos tecnológicos que dão dinamismo às aulas e atividades.

A instituição tem a inovação como um de seus pilares e a entende como um processo contínuo e de construção coletiva que se concretiza em um currículo vivo e em movimento que, com o apoio das tecnologias, busca integrar as experiências da formação profissional àquelas oriundas da relação com o mundo fora da escola.

Sendo assim, no currículo do curso, a hibridez é entendida como uma forma de traduzir um importante princípio do seu currículo que é a integração. Nos currículos integrados as Unidades Curriculares provocam um movimento de cooperação profissional e de integração de pessoas e saberes, que refletem nas diferentes comunidades de aprendizagem, frequentadas pelos estudantes durante o seu percurso formativo, aproximando a experiência acadêmica da realidade social e profissional.

Como recursos de ensino-aprendizagem são utilizadas as salas de aula virtual do Ulife, um dos muitos ambientes do ciberespaço e pode ser utilizada como ferramenta para aulas síncronas e assíncronas das Unidades Curriculares Digitais, cursos e projetos de extensão, realização e eventos, *workshops*, dentre outras. Nela, os objetos físicos dão lugar aos recursos educacionais digitais. Temos, ainda, a sala de aula

invertida, ou *flipped classroom*, onde os alunos estudam previamente o material organizado e indicado pelo educador no ambiente digital virtual para dar continuidade a aprendizagem em ambiente físico, onde nesse momento o educador orienta, esclarece dúvidas e propõe atividades e debates acerca do tema estudado.

Como ferramenta de desenvolvimento da metodologia de ensino híbrido, o Ulife é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ou *Learning Management System* (LMS), desenvolvido pelo grupo Ânima Educação, que propicia ao aluno acessibilidade aos materiais didáticos por todos e a qualquer momento, bem como mobilidade através de smartphones, computadores, dentre outras formas, possibilitando interações e trocas entre estudantes e educadores, permitindo retorno por meio de ferramentas textuais e audiovisuais, além do incentivo a pesquisa e produção de conhecimento.

É premissa do Ulife ser uma ferramenta em constante evolução, que já conta com vários e importantes recursos para a vida estudantil, como o Portal de Vagas, em que o estudante encontra oportunidades de estágio e emprego em diversas áreas. O portal disponibiliza trilhas de conteúdo, artigos e atividades elaboradas especificamente para o desenvolvimento profissional. Consultores online de carreira auxiliam na preparação dos estudantes para o mundo do trabalho, ao passo que uma área para a gestão de estágios acelera os processos necessários para a formalização dos contratos.

O Ulife é uma plataforma de ensino-aprendizagem, de acompanhamento da vida acadêmica e de planejamento da carreira profissional, que auxilia o estudante no decorrer de todo o seu percurso formativo, bem como na sua preparação para o mundo do trabalho.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

Para a elaboração dos conteúdos curriculares foram analisados diversos fundamentos teóricos, em que se considerou a preparação curricular e a análise da realidade operada com referenciais específicos. Os currículos integrados têm a Unidade Curricular (UC) como componente fundamental, organizadas em 4 eixos: **Formação Geral, Formação na Área, Formação Profissional e Formação Específica**, que se integram e se complementam, criando ambientes de aprendizagem que reúnem os estudantes sob variadas formas, conforme detalhado no percurso formativo do estudante. A partir da estruturação das **Unidades Curriculares**, são formadas “**comunidades de aprendizagens**”, cujos agrupamentos de estudantes se diversificam.

A flexibilidade do Currículo Integrado por Competências permite ao estudante transitar por diferentes comunidades de aprendizagem alinhadas aos seus respectivos eixos de formação. O percurso formativo é flexível, fluído, e ao final de cada unidade curricular o aluno atinge as competências de acordo com as metas de compreensão estudadas e vivenciadas ao longo do semestre.

Figura 1 – Comunidades de aprendizagem e diversidade de ambientes





Assim, durante o seu percurso formativo, o estudante desenvolve, de forma flexível e personalizada, conforme perfil do egresso, as competências, conhecimentos, habilidades e atitudes de trabalho em equipe, resolução de problemas, busca de informação, visão integrada e humanizada.

O itinerário é flexível, visto que as atividades extensionistas e as complementares de graduação possibilitam diferentes escolhas, assim como as outras atividades promovidas pela instituição. A organização do currículo, contempla os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e inclui, a articulação entre competências técnicas e socioemocionais, sendo este um dos grandes diferenciais do curso.

8.1. MATRIZ CURRICULAR

Curso: Bacharelado em Direito					
Carga Horária: Mínima: 3.760 horas		Total: 4.240 horas			
Tempo de Integralização (em semestres):		Mínimo: 10	Máximo: 16		
Tipo	Denominação	Total CH			
Unidade Curricular	Estado, política e direito	160	horas		
Unidade Curricular	Teoria geral do direito	160	horas		
Vida & Carreira	Vida & Carreira	60	horas		
Tipo	Denominação	Total CH			
Unidade Curricular	Solução de conflitos e trabalho com grupos	160	horas		
Unidade Curricular	O controle social e o direito penal	160	horas		
Tipo	Denominação	Total CH			
Unidade Curricular	Core curriculum	160	horas		
Unidade Curricular	Estruturas e ambientes das organizações	160	horas		
Tipo	Denominação	Total CH			
Unidade Curricular	Relações trabalhistas	160	horas		
Unidade Curricular	Negócios e contratos jurídicos	160	horas		
Tipo	Denominação	Total CH			
Unidade Curricular	Relações estatais, meio ambiente e sustentabilidade	160	horas		
Unidade Curricular	Direito processual civil	160	horas		
Tipo	Denominação	Total CH			
Unidade Curricular	Direito processual penal	160	horas		
Unidade Curricular	Pessoas, relações familiares e sucessórias	160	horas		
Tipo	Denominação	Total CH			
Unidade Curricular	Direito digital	160	horas		
Unidade Curricular	Bens, posse e propriedade	160	horas		
Estágio	Eixo I	80	horas		
Tipo	Denominação	Total CH			
Unidade Curricular	Relações jurídicas internacionais	160	horas		
Unidade Curricular	Unidade Curricular Digital Personalizável I (optativa)	160	horas		
Estágio	Eixo II	80	horas		
Tipo	Denominação	Total CH			
Unidade Curricular	Sistema tributário nacional e a atividade empresarial	160	horas		
Unidade Curricular	Unidade Curricular Digital Personalizável II (optativa)	160	horas		
Estágio	Eixo II	40	horas		
TCC	Projeto	70	horas		
Tipo	Denominação	Total CH			
Unidade Curricular	Direito processual do trabalho e a seguridade social	160	horas		
Unidade Curricular	Core curriculum II (optativo)	160	horas		
Estágio	Eixo III	40	horas		
TCC	Defesa	80	horas		
RESUMO DOS COMPONENTES CURRICULARES (CH MÍNIMA)		CH Presencial	CH Digital (EAD)	Total CH	
UNIDADES CURRICULARES		1.280	1.280	2.560	horas
CORE CURRICULUM		0	160	160	horas
VIDA & CARREIRA		0	60	60	horas
EXTENSÃO		430	0	430	horas
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		160	0	160	horas
ESTÁGIO CURRICULAR		240	0	240	horas
TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		150	0	150	horas
CH MÍNIMA		2.260	1.500	3.760	horas
RESUMO DOS COMPONENTES CURRICULARES (CH OPTATIVA)				CH	
UNIDADE CURRICULAR DIGITAL PERSONALIZÁVEL I (OPTATIVA)				160	horas
UNIDADE CURRICULAR DIGITAL PERSONALIZÁVEL II (OPTATIVA)				160	horas
CORE CURRICULUM II (OPTATIVO)				160	horas
CH OPTATIVA				480	horas
CH TOTAL (MÍNIMA + OPTATIVA)				4.240	horas

8.2. COMPATIBILIDADE DA CARGA HORÁRIA TOTAL (EM HORAS-RELÓGIO)

A **Resolução CNE nº 3, de 2 de julho de 2007**, dispõe sobre procedimentos a serem adotados, pelas instituições, quanto ao conceito de hora-aula e as respectivas normas de carga horária mínima para todas as modalidades de cursos – bacharelados, licenciaturas, tecnologia e sequenciais. Estabelece que a hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Ensino Superior, sendo sua organização uma atribuição das Instituições, desde que feitas sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos. Enfatiza, ainda, que cabe à instituição a definição da duração das atividades acadêmicas ou do trabalho discente efetivo que compreendem aulas expositivas, atividades práticas supervisionadas e pesquisa ativa pelo estudante, respeitando o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo.

Além de regulamentar a necessidade de a carga horária mínima dos cursos ser medida em horas (60min) **de atividade acadêmica e de trabalho discente efetivo**, cabendo as instituições a realização dos ajustes necessários e efetivação de tais definições em seus projetos pedagógicos, seguindo com a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT local para o cálculo do pagamento da hora-aula docente.

Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.

§ 1º Além do que determina o caput, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.

§ 2º A definição quantitativa em minutos do que consiste em hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. (Resolução nº3, de 2 de julho de 2007)

Assim, amparada legalmente pela **Resolução CNE nº 3, de 2 de julho de 2007** as **Unidades Curriculares** incentivam a pesquisa por meio da **busca ativa** como forma de garantir **o trabalho discente efetivo, por meio de atividades de pesquisas supervisionadas.**

Para isso, **conforme resolução institucional**, a hora-aula dos cursos presenciais compreende o total de 60 minutos, assim entendida:

- I. **50 Minutos:** para exposição de conteúdos e atividades que envolvem o processo de ensino aprendizagem;
- II. **10 Minutos:** para o exercício das atividades acadêmicas discente, denominadas como **busca ativa**. Sempre orientadas, acompanhadas e avaliadas pelos docentes das Unidades Curriculares, em consonância com as normativas de cada curso e com apoio das tecnologias digitais, principalmente para hospedar os materiais elaborados e curados pelos professores e que devem ser previamente estudados pelos alunos seguindo o conceito de sala de aula invertida.

Tendo em vista a premissa de que a pesquisa é imprescindível para o ensino e que a carga horária da busca ativa segue a modalidade do curso, todas as **Unidades Curriculares são complementadas com carga horária de busca ativa**, como forma de fomentar o interesse e a autonomia do aluno, contemplando o trabalho discente efetivo na diversidade dos ambientes mediadores do processo de ensino aprendizagem, correspondendo à diferença entre 50min e 60min. Excluindo-se desta prática a carga horária de Atividades Complementares e de Estágio Supervisionado, quando ofertado pelo curso, pois já são contabilizadas como horas relógio.

8.3. BUSCA ATIVA

A prática pedagógica denominada “**busca ativa**” consiste em uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem na qual se busca o desenvolvimento de competências voltadas à autonomia intelectual e à pesquisa científica, por meio de ações dos estudantes, **orientadas e supervisionadas pelos educadores das respectivas Unidades Curriculares**, com a finalidade de ampliar e problematizar a abordagem dos temas ministrados nos diversos ambientes de aprendizagem, trazendo à discussão novos elementos, promovendo uma reflexão crítica, ética e responsável sobre o tema e sobre o seu impacto na realidade de cada estudante e as possíveis respostas aos problemas da atualidade.

O estudante não é visto como um sujeito passivo, que apenas recebe informações e conhecimentos, mas sim como um **sujeito ativo**, incentivado a buscar outros pontos de vista e gerar suas significações, contribuindo para a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos construídos nas aulas.

Na prática, a busca ativa se concretiza por meio da pesquisa orientada em diversos tipos de formatos e linguagens, considerando a personalização do ensino, as individualidades dos estudantes e seus interesses, além da promoção da compreensão e da apropriação de linguagens, signos e códigos da área.

Com a busca ativa pretende-se despertar o interesse do estudante em relação aos temas propostos pelos educadores nas Unidades Curriculares, tornando-os mais independentes na busca do conhecimento, o que contribui inclusive com seu desenvolvimento profissional. Ao se tornar um hábito, a busca ativa perpetua o aprimoramento das competências, através da capacidade de seleção e identificação da relevância de um certo conteúdo a ser trabalhado.

Cabe aos educadores de cada Unidade Curricular propor as atividades acadêmicas relacionadas à busca ativa nos seus planos de aula, informando as diferentes possibilidades para o cumprimento da carga horária estabelecida para o curso e para a Unidade Curricular, com acompanhamento efetivo para fins de acompanhamento e avaliação.

Em consonância com a legislação supra, os projetos dos cursos fomentam a pesquisa como metodologia de ensino- aprendizagem, por meio da **Busca Ativa** que engaja os estudantes na construção de suas aprendizagens, pelo trabalho de curadoria educacional, **orientada por projetos** cujos princípios norteadores são a pesquisa e a investigação ativa, além de fomentar a utilização dos recursos da plataforma Ulife (o ambiente virtual de aprendizagem da IES) em todas as suas funcionalidades.

Para a curadoria da Busca Ativa, o educador é o especialista na área de conhecimento da unidade curricular e conhece o planejamento em todos os seus pontos de articulação. Dessa forma, no desenvolvimento das aulas, realiza as conexões entre os tópicos e os recursos educacionais, provocando os estudantes a avançarem. Ao criar uma nova aula, o docente define os conceitos centrais, os objetivos de aprendizagem, as metodologias adotadas e o plano de avaliação ou sequência didática. Sendo possível, inclusive, definir e cadastrar as tarefas que os estudantes terão que desenvolver para acompanhar as aulas.

Os conteúdos da Busca Ativa são inseridos no Ulife, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional que visa à mediação tecnológica do processo de ensino-aprendizagem nos cursos.

8.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio é um ato educativo que oportuniza a preparação profissional por meio da vivência na área do curso em consonância com os conhecimentos adquiridos. É nele que o estudante poderá explorar seu potencial, desenvolver capacidades e competências importantes para sua formação profissional e aplicar seus conhecimentos na prática.

O estágio supervisionado foi instituído pela Lei Nº 6.494/1977, atualmente é regulamentado pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, respeitadas as normas editadas pelo Conselho Nacional de Educação e Conselhos de Profissão e, ainda, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

Conforme legislação supra, o estágio poderá ocorrer em duas modalidades: obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação dos documentos normativos que regem o curso, cuja distinção é apresentada a seguir:

- **Estágio supervisionado obrigatório** é aquele presente como componente curricular obrigatório na matriz curricular do curso e cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma; e
- **Estágio supervisionado não-obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade opcional e, por isso, não está presente na matriz curricular, não sendo um requisito para aprovação e obtenção do diploma. Deve, obrigatoriamente, compatibilizar-se com o horário escolar, não prejudicando as atividades acadêmicas do estudante conforme determina a Lei de Estágio.

As atividades do estágio supervisionado – obrigatório e não-obrigatório – devem estar necessariamente ligadas às competências do perfil do egresso do curso.

A matriz curricular do curso contempla o estágio supervisionado como atividade obrigatória a ser cumprida, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional. O deferimento da matrícula na UC de Estágio Supervisionado será formalizado por meio da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e do Termo de Convênio pelos representantes legais da Instituição de Ensino.

O Estágio é um componente acadêmico determinante da formação profissional, uma vez que representa a principal oportunidade para o discente ampliar, na prática, o que foi estudado, permitindo a integração das unidades curriculares que compõem o currículo acadêmico, dando-lhes unidade estrutural e testando-lhes o nível de consistência e grau de entrosamento. Propicia o desenvolvimento da postura profissional e preparar os futuros egressos para novos desafios, facilitando a compreensão da profissão e aprimorando habilidades atitudinais relativas aos valores morais e éticos.

Compete ao professor supervisor de estágio acompanhar o cumprimento mínimo das horas de atividades relacionadas ao currículo, bem como avaliar todo o seu

desenvolvimento, realizando a supervisão da produção de registros reflexivos e de outras avaliações periódicas das etapas, que culminam na apresentação de um relatório final de estágio.

O acompanhamento às unidades concedentes será organizado pelo responsável pelos estágios da IES. A unidade concedente será responsável em indicar um supervisor de estágio, sendo ele um funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário. O aluno deverá realizar a apresentação periódica de relatório de atividades, em prazo não superior a seis meses. O relatório deverá ser entregue na instituição de ensino ao responsável pelo estágio, assinado pelo supervisor da unidade concedente e pelo aluno.

A avaliação do estágio será realizada pelo orientador, levando em consideração: avaliação do Supervisor de Estágio; orientações realizadas; nota do Relatório Final.

8.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso, na forma definida nas Diretrizes Nacionais Curriculares e no Projeto Pedagógico do Curso, é um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, gerada a partir da prática do estágio ou dos trabalhos de investigação elaborados no decorrer do curso. Este processo de sistematização deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teóricos, metodológicos e operativos, dentro dos padrões acadêmicos exigidos. O trabalho de conclusão de curso é regulamentado por resolução aprovada pelo Conselho Superior desta Instituição de ensino.

O TCC é uma atividade obrigatória do curso com uma carga horária de 150 horas e visa fortalecer as áreas de referência do curso, consistindo em uma atividade pertencente a um projeto relacionado às áreas de concentração do curso, previamente definido pelo NDE e aprovado pelo Colegiado de Curso.

O aluno terá um prazo de, no máximo, 15 dias para a entrega da versão corrigida do TCC, juntamente com cópia eletrônica, já com as alterações sugeridas pela banca examinadora, deverão ser entregues aos respectivos orientadores para conferência e aval de validação da nota.

8.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA GRADUAÇÃO (ACGS)

As atividades complementares são práticas acadêmicas obrigatórias de múltiplos formatos, com o objetivo de complementar a formação do aluno, ampliar o seu conhecimento teórico-prático com atividades extraclasse, fomentar a prática de trabalho entre grupos e a interdisciplinaridade, estimular as atividades de caráter solidário e incentivar a tomada de iniciativa e o espírito empreendedor dos alunos. Essas atividades poderão ser realizadas dentro ou fora da Instituição, desde que reconhecidas e aprovadas pela IES como úteis à formação do aluno. Essas práticas se distinguem das unidades curriculares que compõem o currículo pleno de cada curso.

O aluno do curso de Direito deverá contabilizar 160 horas de atividades complementares. O modelo pedagógico Institucional prevê a categorização das atividades complementares, levando-se em consideração agrupamentos de ações similares que promovam a experiência a ser reconhecida, a título norteador, quais sejam: experiências de ensino e aprendizagem; experiências de pesquisa e produção científica; experiências culturais e desportivas; experiências administrativas e de representação estudantil; experiências de inovação tecnológica; experiências internacionais e experiências no mundo do trabalho.

As atividades complementares serão ofertadas de acordo com as diretrizes para esse curso, e algumas atividades serão oferecidas pela instituição para a formação complementar do aluno, com o objetivo de ampliar seu conhecimento teórico-prático, relacionadas ao desenvolvimento de determinadas competências aliadas ao currículo do curso.

8.7. EMENTÁRIO

BIBLIOGRAFIA - CORE CURRICULUM
ÉTICA E LÓGICA
Tipos e possibilidades do conhecimento. Produção de respostas a partir das dúvidas - do mito ao logos. Conhecimento e Ética. Noções de lógica matemática. Uso do raciocínio matemático na organização social. Quantificadores e conectivos. Implicações, negações e equivalências. Tabelas tautológicas. Modelos éticos e lógicos em uma perspectiva histórica. Contribuição da lógica para o debate ético e para a análise de problemas. Solução de problemas contemporâneos em situações complexas e em momentos de crise.
CULTURA E ARTES
Conceitos de cultura e arte. Inter-relações entre sociedade, cultura e arte. Identidades culturais. Cultura e relações interpessoais. Cultura e arte sob a perspectiva da ideologia. Cultura, arte, política e direitos humanos. Cidadania cultural. Paradigma da diversidade cultural. Inclusão pela cultura e para a cultura. Cultura e arte no tempo histórico. Cultura e território. Dimensões sustentáveis da cultura. Culturas brasileiras. Cultura e arte sob a perspectiva das relações étnico-raciais. Expressões e manifestações culturais e artísticas. Indústria cultural. Ética e estética. Relações entre gosto e saber. Feio versus bonito. Beleza. Radicalidade e transgressão. As linguagens da arte na realização cotidiana. O ser artístico e o ser artista. Criação, produção, circulação e fruição das artes. Arte e sustentabilidade. Inclusão pela arte. Cultura, arte e pensamento complexo. Cultura e arte na construção do ethos profissional. Vivências culturais. Vivências artísticas.
MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE SOCIAL
Construção de uma visão macro de questões sociais, políticas, econômicas, culturais, e sua relação com o desenvolvimento humano e o equilíbrio ambiental. Tecnologia, inovação, educação ambiental, ética socioambiental, novas formas de consolidação dos direitos humanos, diversidade étnico racial, questões de gênero, processos de exclusão e inclusão social, pactos para o desenvolvimento sustentável. Criação de uma nova perspectiva destas relações e para a adoção de novas posturas individuais e coletivas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.
INGLÊS INSTRUMENTAL E PENSAMENTO DIGITAL
Vivemos diversas revoluções simultâneas: Cognitiva, Científica, Industrial e Tecnológica. Nesse cenário, a língua inglesa se mostra como uma importante ferramenta de apoio e meio de acesso a esses múltiplos saberes que envolvem o pensamento digital. O Core Curriculum de Inglês Instrumental e Pensamento Digital abordará estratégias e técnicas de leitura e interpretação de textos em inglês para analisar e discutir sistemas digitais de informação e comunicação. Serão abordados temas como: Inteligência Artificial, Pensamento digital e Análise de Dados. Sociedade digital. A revolução tecnológica. Indústria 4.0. Internet das Coisas, com vistas ao desenvolvimento das habilidades de leitura na língua inglesa.
PORTUGUÊS E LIBRAS
Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais: fundamentos, metodologias e tecnologias para comunicação. Diversidade dos gêneros textuais e literários. Concepções e estratégias de leitura e escrita. História dos direitos humanos;

cidadania e democracia. Inclusão social e escolar; multiculturalismo, multiculturalidade, diversidades: étnico-racial, sexualidade e gênero. Políticas públicas de inclusão e suas bases legais específicas: PNE e BNCC. A argumentação nos textos orais e escritos. Libras como facilitador da inclusão. Libras: módulo básico, particularidades e práticas.

SAÚDE INTEGRAL E AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Concepções de saúde e de saúde integral: práticas integrativas e complementares, alimentação saudável, saúde do sono, saúde mental e atividade física. Relação entre doenças crônicas não transmissíveis e estilo de vida. Políticas de promoção à saúde. Determinantes sociais em saúde. Anatomia e fisiologia básica do sistema nervoso central e conexões com o comportamento humano e as emoções. Abordagem multissistêmica, fisiológica e o gerenciamento do estresse: Modelagem do comportamento humano. Mindfulness. Emoção, assinaturas emocionais, sentimentos e razão. Bem-estar e qualidade de vida: estratégias individuais e coletivas. Consciência e atenção plena: autoconsciência e competências autorregulatórias. Neurociência e neuropsicologia das emoções. Competências socioemocionais, relacionamentos interpessoais e comunicação não violenta. Transcendência humana: atitude mental positiva e fluida. Hierarquia e competências socioemocionais e suas relações com tomada de decisões. Consciência de sujeitos, profissionais e cidadãos. Responsabilidade social e ambiental. Direitos humanos, diversidade, igualdade e justiça social. Paz positiva e cultura de paz.

NOVA ECONOMIA E ESPAÇO URBANO

Estudo das relações entre dinâmicas de poder e ocupação do território no mundo globalizado. Cidades globais como polos de poder econômico e político. A distinção entre fronteiras políticas e fluxos econômicos como desafios para a política internacional. Fundamento da economia urbana e regional. Externalidades e economias de aglomeração. Migrações de corpos e cérebros. City branding. O que é marca-lugar? Condições para a diversidade urbana. Economia 4.0, realidade digital e o mundo do trabalho. Políticas públicas para criação de novos negócios, profissões, e espaço para o surgimento de PMEs, em decorrência da informatização dos produtos e serviços. Fundamentos da economia urbana e regional. Direito à cidade, gentrificação e liberdade urbana.

BIBLIOGRAFIA - BACHARELADO EM DIREITO

Bens, posse e propriedade

Bens: classificação e regime jurídico. Bens digitais. Prescrição e decadência. Posse, propriedade. Políticas de Educação Ambiental: função social da propriedade e Constituição. Posse: conceito, teorias, espécies e natureza jurídica. Aquisição, perda e efeitos da posse. Percepção dos frutos. Tutela da posse: ações possessórias e ações reivindicatórias. Manutenção e reintegração da posse. Procedimento. Interdito possessório. Ação de imissão da posse. Ação de nunciação de obra nova. Embargos de terceiros. Propriedade: aquisição da propriedade imóvel e seu registro. Aquisição de propriedade móvel. Perda da propriedade. Ações de usucapião. Propriedade resolúvel e propriedade fiduciária. Direitos de vizinhança. Condomínio geral, edilício e em lotes. Multipropriedade. Direitos reais de gozo e fruição sobre coisas alheias. Superfície. Servidão. Usufruto. Uso. Laje. Direitos reais do promitente comprador. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese. Estatuto da Cidade. Planejamento urbano: posse e propriedade. Regularização fundiária. Educação em Direitos Humanos: direito à moradia como Direito Humano.

Bibliografia Básica

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direitos reais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592573/>

TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito das coisas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993726/>

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das coisas. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555590531/>

Bibliografia Complementar

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Estatuto da Cidade comentado: Lei n. 10.257/2001: Lei do Meio Ambiente Artificial. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553613069/>

FULGÊNCIO, Tito. Da posse e das ações possessórias: teoria legal - práticas. 12.ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6677-5/>

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direitos reais. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530985424/>

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direitos reais. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024715/>

TEPEDINO, Gustavo. Fundamentos de direito civil: direitos reais. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530989613/>

Direito digital

Direito digital: contextualização, competências, habilidades, aspectos transversais e interdisciplinares. Direito e tecnologia: impacto da tecnologia digital no Direito. Revoluções industriais e transformações do Direito e da Sociedade. Educação em Direitos Humanos: Direito Humano à inclusão digital: acessibilidade e ciberativismo, excluídos digitais. Governança da rede: Brasil, Marco Civil da Internet, provedores de acesso e de conteúdo, suspensão de provedores de aplicação, estrutura da rede, regulamentação da internet no mundo. Liberdade de expressão: fake news e discurso de ódio. Novas tecnologias e prática jurídica: inovação na advocacia e lawtechs, engenharia jurídica, jurimetria, segurança da informação, criptografia, visual law. Aspectos sociológicos e filosóficos da sociedade da informação e os usos da inteligência artificial: algoritmos, algoritarismo, regulamentação do uso da inteligência artificial, responsabilidade civil pelo desenvolvimento de novas tecnologias e de inteligência artificial. Tecnologia e novos modelos de negócio: relações trabalhistas, criptoativos, fintechs, meios de pagamentos virtuais (PIX), produtos e serviços digitais (relação de consumo), uberização, crowdfunding, startups, blockchain, criptomoedas, mineração de dados. Direito e cultura: direitos autorais na internet, domínio público, copyright, copyleft, creative Commons. Cibersegurança e criminalidade na internet: crimes informáticos, perícia digital. Governos, democracia e tecnologia, inovação na gestão pública, cidades inteligentes, lei da transparência, avanços tecnológicos e os riscos à democracia, e-democracia. Privacidade: dados pessoais e sensíveis, segurança de dados, LGPD. E-justiça: informatização do Poder Judiciário, processo eletrônico. Jurimetria e predição no Poder Judiciário e na segurança pública, resolução de disputas online, documentos digitais, assinatura eletrônica, contratos eletrônicos, prova digital (ata notarial e blockchain). Perícias: realidade virtual e aumentada. Metaverso.

Bibliografia Básica

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria geral do direito digital**: transformação digital desafios para o direito. Rio de Janeiro: Forense, 2020. *Ebook*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992262/>.

PINHEIRO, Patrícia. Peck. **Direito digital**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598438/>.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. *E-book*.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591484/>.

Bibliografia Complementar

ABREU, Hélio Augusto Camargo de. **Direito e novas tecnologias**. Curitiba: Contentus, 2020. *E-book*.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186375/>.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais**: a função e os limites do consentimento. 3. ed.

Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530988777/>.

LUZ, Victoria Vilasanti da. **Comportamento do consumidor na era digital**. Curitiba: Contentus, 2020.

E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184759/pdf/0>.

REIS, Paulo Victor Alfeo. **Algoritmos e o direito**. São Paulo: Almedina, 2020. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935673/>.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de dados pessoais**: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). 3.

ed. São Paulo: Saraiva, [2021]. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595123/>.

Direito processual civil

Teoria geral do processo. Normas processuais civis: fontes, interpretação e aplicação no tempo e no espaço. Princípios processuais. Modelos de organização processual. Função jurisdicional: jurisdição e competência. Teoria da ação. Pressupostos processuais. Sujeitos do processo. Educação em Políticas de Gênero: Nome social. Educação para a Terceira Idade: Estatuto do idoso: prioridade processual. Deveres e responsabilidades. Despesas processuais e honorários advocatícios. Gratuidade da justiça. Partes. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Amicus Curiae. Juiz: poderes, deveres, responsabilidade, impedimentos e suspeição. Auxiliares da justiça. Atos processuais. Negócios processuais. Prazos, tempo e lugar dos atos processuais. Comunicação processual. Nulidades. Preclusão. Requisitos da petição inicial. Improcedência liminar. Audiência de conciliação ou de mediação. Respostas do réu. Providências preliminares. Revelia. Saneamento do processo. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Formação, suspensão e extinção do processo. Decisão judicial. Tutela provisória. Coisa julgada. Precedentes. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Ordem dos processos nos Tribunais. Remessa necessária. Processos de competência originária dos Tribunais. Teoria geral da execução. Fraudes na execução. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença.

Bibliografia Básica

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 2. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555593747/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:2>.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 3. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555593839>.

SOUZA, André Pagani de *et al.* **Teoria geral do processo contemporâneo**. 5. ed. São Paulo: Altas, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770052>.

Bibliografia Complementar

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans de. **Prática civil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598490>.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027952>.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito processual civil**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597020304/>.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de prática civil**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992293>.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de processo civil**: tutela dos direitos mediante procedimento comum. 8. ed. rev. e amp. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. v. 2. *Ebook*. Disponível em: <https://next-preview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/105867603/v8/page/1>.

Direito processual penal

Jurisdição e competência.. Recursos em Espécie.. Princípios constitucionais e processuais penais.. Sentença: tipos, estrutura, efeitos, fixação da pena. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: políticas criminais; justiça penal negocial; transação penal; acordo de não persecução penal.. Direito processual penal: noções introdutórias, fontes, sujeitos processuais.. Educação em direitos humanos: o direito processual penal e os direitos humanos. Sistemas processuais penais. Aplicação da lei processual penal. Inquérito Policial e outras formas de investigação criminal.. Ação penal.. Ação Civil ex delicto. Atos de comunicação processual.. Audiência de custódia e medidas cautelares pessoais e reais.. Questões incidentais e prejudiciais. Imunidades.. Direito probatório: teoria geral da prova. Meios de prova em espécie.. Procedimentos comuns e especiais.. Tribunal do Júri. Nulidades. Teoria Geral dos Recursos.. Ações autônomas de impugnação. Justiça penal negocial. Características da execução penal.

Bibliografia Básica

AVENA, Norberto. **Processo penal**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. *Ebook*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559645084/>.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019407/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620520/>.

Bibliografia Complementar

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *Ebook*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993627/>.

MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. *Ebook*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555594485/>.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 29. ed. Barueri: Atlas, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770526/>.

BONFIM, Edilson. Mougénot. Curso de processo penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553610631/>.

BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. **Processo penal brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020403/>.

Direito processual do trabalho e a seguridade social

Direito Processual do Trabalho: histórico, conceito, fontes e princípios. Educação em Direitos Humanos: Processo do Trabalho e direitos humanos. Organização da Justiça do Trabalho. Competências. Partes e Procuradores. Educação em Políticas de Gênero: nome social. Educação para a Terceira Idade: Estatuto do idoso: prioridade processual. Intervenção de Terceiros. Atos processuais, termos e prazos. Nulidades. Procedimento Ordinário, Sumário e Sumaríssimo. Petição Inicial. Audiência Trabalhista. Revelia. Modalidades de resposta do réu. Provas. Sentença Trabalhista. Coisa Julgada. Procedimentos especiais. Recursos. Execução Trabalhista. Execução dos encargos previdenciários. História da seguridade social. Sistema de Seguridade Social: previdência, saúde e assistência. Princípios constitucionais da seguridade social. Lei do Sistema Único de Saúde (SUS). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Segurados, dependentes e carência. Acidente de trabalho. Benefícios

previdenciários: salário de contribuição e salário de benefício. Fator previdenciário. Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS): espécies. Custeio previdenciário. Fontes de Custeio. Regime próprio e especial. Previdência complementar.

Bibliografia Básica

PEREIRA, Leone. **Manual de processo do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618262/>.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530988715/>.

LEITE, Bezerra, Carlos Henrique. **Curso de direito processual do trabalho**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596663/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml%5D!/4/2%5Bcover%5D/2%4050:76>.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Prática Jurídica Trabalhista**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026870>.

PEREIRA, Leone. **Prática jurídica: trabalhista**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598384>.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos.; HAJEL FILHO, Ricardo Antônio Bittar. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597025040/>.

GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**. 17.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559645305/>.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto. **Curso de direito processual do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553616213/>.

Estado, Política e Direito

Estado e organização social: formas e desenvolvimento histórico. Elementos constitutivos do Estado. Soberania do Estado. Regimes políticos. Formas de governo. Sistemas de governo. Dignidade da pessoa humana, minorias e saúde mental. Princípios fundamentais. Constituição: conceito, classificação e elementos. Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. Histórico constitucional. Constitucionalismos. Poder constituinte: originário, derivado e decorrente. Hermenêutica constitucional. Direitos e garantias fundamentais. Educação em Direitos Humanos: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Educação para a Terceira Idade e Políticas de Educação Ambiental: direitos fundamentais em espécie. Tutela constitucional das liberdades: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Direito de certidão. Acesso à informação. Direito de petição. Ação popular. Direitos políticos, participação política e subjetividade. Formas de sufrágio. Sistemas eleitorais. Sistemas partidários. Partidos políticos. Divisão espacial do poder. Organização do Estado: União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios Federais. Repartição das competências constitucionais. Intervenção. Organização dos Poderes. Poder Legislativo. Estatuto dos congressistas. Processo Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Controle de constitucionalidade: história, conceito, espécies, momentos de controle, sistemas de controle judicial.

Bibliografia Básica

<p>BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596700</p>
<p>SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: SaraivaJur, 2022. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620490</p>
<p>GAMBA, João Roberto Gorini. Teoria geral do estado e ciência política. 2. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770908/</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>
<p>NOVELINO, Marcelo. Manual de direito constitucional. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2014. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5496-3/</p>
<p>MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593952</p>
<p>PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. <i>E-book</i>. Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553600298/</p>
<p>SCALABRIN, Felipe; MELO, Débora Sinflorio da Silva. Ciência política e teoria geral do Estado. Porto Alegre: SAGAH, 2017. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595021891/</p>
<p>STRECK, Lênio Luiz. Jurisdição constitucional. 6. ed. São Paulo: Forense, 2019. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987497</p>
<p>Estruturas e ambientes das organizações</p>
<p>Novos cenários de gestão e aplicabilidade no ambiente de negócios. Cultura organizacional e seus principais elementos na sustentação do ecossistema corporativo. Comunicação organizacional. Políticas de Educação Ambiental: meio ambiente organizacional. Desenvolvimento organizacional e novos modelos estruturais diante de cenários competitivos. Empreendedorismo e inovação como premissa organizacional: design thinking, business model Canvas, cultura de inovação, liderança e gestão de times de alta performance. Fundamentos do Direito Empresarial: evolução, fontes, princípios. Personalidade jurídica: pessoa natural e jurídica. Empresário: deveres, responsabilidades, capacidade, impedimentos. Sociedades empresariais. Empresa: conceito, elementos, espécies, transformação, incorporação, fusão, cisão. Nome empresarial. Atividade simples. Escrituração: atos de registro. Prepostos e livros. Sociedades contratuais: pessoas e de capital. Sociedades dependentes de autorização. Sociedades simples e empresárias. Sociedades personificadas e despersonificadas. Sociedades de responsabilidade limitada e ilimitada. Desconsideração da personalidade jurídica. Sociedades por ações: capital social, companhias abertas e fechadas, valores mobiliários, ações, constituição, órgãos de administração da companhia, liquidação, dissolução e extinção. Recuperação e falência. Propriedade industrial: regime jurídico, invenção, desenho industrial, modelo de utilidade, marcas e patentes.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>
<p>MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: direito societário. São Paulo: GEN, 2021. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280</p>
<p>VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. São Paulo: Saraiva, 2021. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598452</p>

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522495559>

Bibliografia Complementar

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito empresarial**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024791>

ALESSANDRO, SANCHEZ,. **Direito empresarial sistematizado**. São Paulo: GEN, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978785>

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189>

SACRAMONE, Marcelo. **Manual de direito empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595949>

CAVALCANTI, Carolina Costa; FILATRO, Andrea Cristina. **Design thinking na educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547215804>

Negócios e contratos jurídicos

Negócios jurídicos: conceito, existência, validade e eficácia. Condição, termo e encargo. Representação. Defeitos do negócio jurídico: erro, ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação. Nulidades. Atos lícitos e ilícitos. Direito das obrigações: obrigação natural, civil, de dar, de fazer e de não fazer, solidária, subsidiária, alternativa, facultativa e conjuntiva. Execução e inexecução das obrigações e seus efeitos. Abuso de direito: conceito, função e modalidades obrigacionais. Adimplemento e inadimplemento das obrigações e seus efeitos. Responsabilidade civil: modalidades e reparação. Teoria geral dos contratos: legislação aplicável, formação, interpretação, efeitos e extinção dos contratos. Contrato: conceitos e princípios aplicáveis às relações contratuais. O contrato como instrumento para o desenvolvimento econômico e a transferência de propriedade. Atos unilaterais de vontade. Contratos em espécie. O desenvolvimento da ordem econômica e o direito do consumidor. Relações consumeristas. Princípios aplicáveis às relações de consumo. Contratos consumeristas. As relações de consumo no ambiente virtual. Comércio eletrônico. Educação em Direitos Humanos: relação de consumo e a proteção dos Direitos Humanos. Políticas de Educação Ambiental: consumo consciente. Educação em Políticas de Gênero: relações de gênero e consumo. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: discriminação nas relações de consumo > Educação das Relações Étnico-raciais.

Bibliografia Básica

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: contratos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555593051>

LÔBO, Paulo Luiz Neto. Direito Civil. **Contratos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 3. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596793>

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. v. 3. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643608>

Bibliografia Complementar

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: contratos**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 3. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530990534>

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: responsabilidade civil.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596144>

NADER, Paulo. **Curso de direito civil: Obrigações.** 9. ed. São Paulo: GEN, 2019. v. 2. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530986650>

THEODORO Jr., Humberto. **Direitos do consumidor.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992941>

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: contratos.** 22. ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772773>

O controle social e o direito penal

História do Direito Penal. A contribuição da sociologia para o Direito Penal. Políticas criminais. Princípios penais e constitucionais. Interpretação e integração da lei penal. Analogia. Normal penal. Classificação e espécie das infrações penais. Concurso aparente de normas. Aplicação da Lei Penal. Lei Penal no Tempo. Lei Penal no Espaço. Teoria Geral do Delito: tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e punibilidade. Tipicidade: conduta, relação de causalidade, teoria da imputação objetiva, tipo penal doloso, tipo penal culposo. Consumação e tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Erro: Erro de tipo. Erro de proibição. Erro de tipo permissivo. Antijuridicidade. Culpabilidade. Medidas de segurança. Teorias da pena: sanção penal. Penas e seus critérios de aplicação. Origens e finalidades da pena. Espécies de penas: penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos e penas de multa. Penas privativas de liberdade: reclusão e detenção. Regras do regime fechado. Regras do regime semiaberto. Regime especial. Direitos do preso. Superveniência de doença mental. Detração penal. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Aplicação da pena: circunstâncias judiciais. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes. Cálculo da pena. Concurso de crimes: concurso material, concurso formal e crime continuado. Concurso de pessoas. Suspensão condicional da pena: conceito, natureza jurídica, requisitos, condições e revogação. Efeitos da condenação: efeitos genéricos e específicos. Reabilitação. Causas Extintivas de Punibilidade: prescrição e decadência. Execução penal: livramento condicional. Progressão e regressão de regime Ação penal pública e ação penal privada. Crimes em espécie: dos crimes contra a pessoa. Crimes em espécie: dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Crimes em espécie: dos crimes contra a dignidade sexual. Crimes em espécie: dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, C. R. Tratado de direito penal, v. 1 : parte geral (Arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva Jur, 2021. E-book. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788554652364>

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial: crimes contra a pessoa – arts. 121 a 154-B.** v.2. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622920/>

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial: crimes contra a pessoa – arts. 121 a 154-B.** v.2. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622920/>

Bibliografia Complementar

GRECO, Rogério. Direito penal estruturado . São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993412/
PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro . 20. ed. São Paulo: GEN, 2022. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644902/
NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado . São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993443/
GONÇALVES, Victor Eduardo R.; LENZA, Pedro. Esquemático - Direito Penal: parte especial . São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597738/
ESTEFAM, André. Direito penal contemporâneo . São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597486/
Pessoas, relações familiares e sucessórias
Pessoas naturais: personalidade e capacidade jurídica, direitos da personalidade, domicílio e morte. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Entes ou grupos despersonalizados. Educação para a terceira idade: Estatuto do Idoso. Diretivas antecipadas da vontade. Relações familiares na sociedade contemporânea. Princípios. Diretrizes e modalidades de famílias. Educação em Políticas de Gênero: identidade de gênero e diversidade. Relações de parentesco: filiação, adoção e poder familiar. Alimentos. Violência doméstica. Institutos jurídicos familiares assistenciais: tutela, curatela e guarda. Educação em Direitos Humanos: as famílias e a proteção das crianças e adolescentes: sistema protetivo de Direitos Humanos e o ECA. Casamento e união estável. Regimes de bens. Dissolução do casamento e da união estável. Regras gerais do Direito sucessório. Herança: fundamentos, regime jurídico e administração. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Planejamento sucessório. Procedimentos judiciais e extrajudiciais envolvendo o Direito de Família e Sucessões.
Bibliografia Básica
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: parte geral . 23. ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595659
MADALENO, Rolf. Direito de família . 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640515
TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Direito das sucessões : vol. 6. 14. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993788
Bibliografia Complementar
CARVALHO, Dimas Messias de. Direito das sucessões : inventário e partilha. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591217
LÔBO, Paulo. Direito Civil. Sucessões : vol. 6. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555593686
PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito das famílias . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992996
TARTUCE, Fernanda. Processo civil no direito de família : teoria e prática. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992095

VILAS BOAS, Marco Antonio. **Estatuto do idoso comentado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6510-5>

Relações Jurídicas Internacionais

Direito internacional público: conceito, fontes, princípios e fundamentos. Direito internacional dos tratados. Sujeitos de direito internacional público. Estado: elementos constitutivos, princípios de regência internacional, imunidade à jurisdição estatal, consulados e embaixadas. Organizações internacionais: conceito, natureza jurídica, elementos caracterizadores e espécies. Nacionalidade: pessoa natural e pessoa jurídica. Estatuto das pessoas jurídicas internacionais. Refúgio e asilo político: conceito, natureza e disciplina. Condição jurídica do imigrante. Lei de migração: princípios, vistos, repatriação, deportação, expulsão e extradição. Aplicação do direito estrangeiro: identificação, interpretação e limites. Empresas transnacionais. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Direito comunitário e formas de integração. Educação em Direitos Humanos: história e antropologia. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Mecanismos de implementação. Educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena: sistemas global e regionais de proteção dos Direitos Humanos: características e comparações. Políticas de educação ambiental: proteção internacional do meio ambiente. Solução de conflitos internacionais. Relações diplomáticas, políticas, jurisdicionais, econômicas e culturais. Cortes internacionais. Tribunal penal internacional. Direito internacional privado: conceito, fontes, domínio, denominação e objeto. As relações/questões jurídicas plurilocalizadas: o elemento de estrangeiro. Evolução histórica e escolas estatutárias. O método conflitual: regras de conflito, função e elementos das regras de conflito. Fontes do direito internacional privado. As regras de conflito da Lei de Introdução às Normas do direito brasileiro. Qualificação e conflitos de qualificação. Reenvio. Exceções à aplicação do direito estrangeiro (ordem pública, fraude à lei, instituição desconhecida, inconstitucionalidade da lei estrangeira). Prova do teor, vigência e sentido da lei estrangeira. Normas de aplicação imediata. Ordenamentos plurilegislativos. Direito civil internacional: direitos reais, direito das famílias, direito das sucessões. Obrigações e contratos internacionais. Direito processual internacional: jurisdição internacional e cooperação jurídica internacional.

Bibliografia Básica

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. **Direito internacional privado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530988616>

REZEK, Francisco. **Direito internacional público**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553172894>

MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559641307>

Bibliografia Complementar

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555594836>

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553600274>

RECHSTEINER, Beat. W. **Direito internacional privado**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553608225>

NETO, José C. Teoria geral das organizações internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502201286/>.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522496853>

Relações estatais, meio ambiente e sustentabilidade

Estado, Governo e Administração Pública. Administração Pública: princípios, fontes e interpretação. Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público (Lei n. 13.655/2018).. Regime jurídico administrativo. Organização administrativa brasileira. Agências reguladoras e parcerias público-privadas. Serviços públicos. Responsabilidade do Estado. Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei n. 13.303/2016): a introdução normativa de técnicas de compliance na gestão pública brasileira.. Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013).. Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público; uso e abuso de poder; vinculação e discricionariedade.. Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público; uso e abuso de poder; vinculação e discricionariedade. Poder de polícia.. Atos administrativos. Controle da Administração Pública: controle administrativo; controle legislativo; controle externo a cargo do Tribunal de Contas; controle judiciário.. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: Administração Pública e Políticas de gênero e inclusão racial. Agentes públicos: espécies; regime jurídico; direitos; deveres; responsabilidades; teto remuneratório.. Improbidade administrativa. Improbidade administrativa. Licitação e contratos administrativos. Convênios e Consórcios. Intervenção estatal na propriedade: desapropriação; requisição; servidão administrativa; ocupação; tombamento.. Domínio público: afetação; desafetação; regime jurídico; aquisição; alienação.. Utilização de bens públicos pelos particulares. A Administração Pública em juízo. Políticas de Educação Ambiental: o Estado e o desenvolvimento econômico e sustentável. O Direito Ambiental como direito econômico. A natureza econômica das normas de Direito Ambiental. Direito ambiental: conceito; objeto; princípios fundamentais.. Normas constitucionais relativas à proteção ambiental. Políticas de educação ambiental. Competências constitucionais em matéria ambiental. Competências constitucionais em matéria ambiental. Sistema Nacional do meio ambiente.. Estudo de impacto ambiental e licenciamento ambiental. Responsabilidade ambiental. Dano ambiental material e moral. Reparação do dano ambiental. Tutela processual do meio ambiente. Tutela penal do meio ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Áreas de preservação permanente e reserva legal. Recursos hídricos e energia. Biodiversidade. Biossegurança. Patrimônio genético. Agrotóxicos. Educação em Direitos Humanos: o meio ambiente como Direito Humano.

Bibliografia Básica

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993351>

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 35. ed. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027259>

SARLET, Wolfgang Ingo; FENSTERSEIFE, Tiago. **Curso de direito ambiental**. 2. ed. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559641161>

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: GEN, 2022. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530989460>

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555593266>

SIRVINSKAS, Luís P. **Manual de direito ambiental**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553617104>

PHILIPPI JR., Arlindo. *et al.* **Direito ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520439241>

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027402>

Relações trabalhistas

Teoria geral do Direito do Trabalho: história, princípios constitucionais e legais e fontes do Direito do Trabalho. Educação em Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do Direito do Trabalho. Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. Revogação. Irretroatividade. Legislado versus negociado. Direito do Trabalho internacional (OIT e OMC): questões trabalhistas. Direitos Humanos e o Direito do Trabalho. Relações de trabalho e relações de emprego. Sujeitos da relação de emprego: empregado e empregador. Trabalho autônomo, eventual, intermitente, avulso, cooperado, voluntário, rural, por equipe, doméstico, estágio, aprendiz e mãe social. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: isonomia material e não discriminação: trabalho da mulher, da criança e do adolescente e do idoso. Educação em Políticas de Gênero: discriminação no ambiente de trabalho. Trabalhador hipersuficiente. Novas formas de escravidão, trabalho degradante e trabalho forçado. Assédio e danos nas relações de trabalho. Poderes do empregador. Responsabilidade civil do empregador. Políticas de Educação Ambiental: meio ambiente do trabalho. Segurança e medicina do trabalho. Grupo econômico. Sucessão empresarial: aspectos trabalhistas. Fraudes trabalhistas: conceitos, caracterizações e efeitos jurídicos. Desconsideração da personalidade jurídica. Atuação dos órgãos da fiscalização do trabalho. Terceirização. Flexibilização, desregulamentação e precarização. Contrato individual de trabalho e suas modalidades: por prazo determinado e indeterminado. Intermitente, teletrabalho e temporário. Alteração, interrupção, suspensão e extinção do contrato de trabalho. Prescrição e decadência. Cláusulas de exclusividade e de não concorrência. Salário e remuneração. Duração do trabalho. Garantias provisórias de emprego. Seguro desemprego. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Férias. Aviso prévio. Cálculos trabalhistas básicos: folha de pagamento, rescisão, custo da mão de obra. Compliance trabalhista: conceito, necessidade, adequação, cultura, prevenção. Due diligence trabalhista. Códigos de ética e de conduta. Direito coletivo do trabalho: sindicatos, negociação coletiva e greve. Dispensa coletiva. Dissídios coletivos. O direito do trabalho no contexto da pandemia de 2020: Lei n. 14. 010/2020 (Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus -Covid-19). Lei n. 14. 020/2020 (Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei n. 13. 979, de 6 de fevereiro de 2020).

Bibliografia Básica

RENZETTI, Rogério. **Manual de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559641079>

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591293>

CALVO, Adriana. **Manual de direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553617944>

Bibliografia Complementar

RICARDO, RESENDE. **Direito do trabalho**. São Paulo: GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530989552>

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597018974>

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595680>

MACHADO, Costa. **CLT interpretada artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 12. ed. São Paulo: Manole, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555763690>

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relação individuais, sindicais e coletivos**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622128>

Sistema tributário nacional e a atividade empresarial

Direito Tributário: conceito, natureza, autonomia, vigência, aplicação, interpretação e integração. Fontes do Direito Tributário: Constituição. Lei complementar. Lei ordinária. Tratados e convenções internacionais. Decretos. Atos normativos administrativos. Decisões normativas. Práticas reiteradas. Convênios. Educação em Direitos Humanos: Direitos Humanos e tributação. Princípios do Direito Tributário: legalidade. Tipicidade, anterioridade e anualidade. Non olet. Capacidade contributiva. Isonomia. Irretroatividade tributária. Vedação ao confisco. Não limitação ao tráfego de pessoas e bens, vedação de tributos interlocais, uniformidade. Imunidade, isenção e não-incidência. A repartição constitucional de competências tributárias. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Competência e capacidade tributária. Definição de tributo. Elementos do tributo: fato gerador, base de cálculo, alíquota e sujeitos. Espécies de tributos: impostos, taxas, contribuição de melhoria. Empréstimo compulsório, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. Políticas de Educação Ambiental: tributos verdes. Domicílio tributário. Obrigação principal e acessória. Responsabilidade tributária. Lançamento. Modalidades de lançamento. Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência. Restituição do tributo transferido. Garantias e privilégios do crédito tributário. Tributos em espécie: tributos federais, estaduais, distritais e municipais. Administração tributária. Processo administrativo tributário. Procedimento fiscal. Sigilo fiscal e prestação de informações. Dívida ativa. Certidões e cadastro. Processo judicial tributário. Ação de Execução Fiscal. Embargos à execução fiscal. Mandado de Segurança. Anulatória de débito fiscal. Ação declaratória. Ação de repetição de indébito. Ação de consignação em pagamento. Exceção de pré-executividade. Medida cautelar fiscal. Noções de Direito Financeiro: conceito. Objeto. Fontes. Princípios. Finanças públicas. Patrimônio público: administração. Controle. Inventário. Atividade financeira do Estado: crédito. Receitas. Despesas. Orçamento público: elaboração. Execução. Controle. Leis

orçamentárias. Sistema financeiro: estrutura e composição. Moeda: emissão e circulação. Títulos de créditos: letra de câmbio, cheque, nota promissória, duplicata. Aceite, aval, endosso, protesto, prescrição. Ações cambiais. Contratos bancários: depósito bancário. Conta-corrente. Aplicação financeira. Mútuo bancário. Desconto. Abertura de crédito. Crédito documentário.

Bibliografia Básica

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555594706>

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770038>

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário: Constituição e Código Tributário Nacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623309>

Bibliografia Complementar

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito tributário**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592696>

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592818>

AMARO, Luciano da S. **Direito tributário brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592993>

CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553615872>

VENOSA, Sílvio da Salvo. **Direito empresarial**. 10. ed. São Paulo: GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024791>

Solução de conflitos e trabalho com grupos

Teoria dos conflitos: surgimento, importância, resolução, conflitos construtivos e destrutivos. Meios consensuais adequados de solução de conflitos (autotutela, autocomposição, heterocomposição, resolução de conflitos judicial e extrajudicial). Educação em Direitos Humanos: cultura de paz, comunicação não-violenta, negociação, conciliação, diversas espécies de mediação, arbitragem, círculos restaurativos. Educação para a terceira idade: conflitos entre gerações. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: conflitos discriminatórios e raciais. Conciliadores e mediadores judiciais (CPC). Lei 13. 140/15 (Lei da Mediação). Desjudicialização: agenda 2030 da ONU. Meta 9 do CNJ. Resolução CNJ 125/2010. Justiça restaurativa. Compliance: prevenção de conflitos. Estudos dos processos grupais: teorias, métodos e condução grupal. Processos psicossociais e tendências metodológicas contemporâneas na elaboração do diagnóstico, planejamento e avaliação de intervenção com grupos.

Bibliografia Básica

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual dos MESC: meios extrajudiciais de solução de conflitos. Barueri: Manole, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520461457/>

SALLES, Carlos Alberto de. Negociação, mediação, conciliação e arbitragem. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640089/>

MINICCUCI, Agostinho. Dinâmica de grupo: teorias e sistemas. 5. ed. São Paulo: GEN, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522470167/>

Bibliografia Complementar

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. 6.ed. São Paulo: GEN, 2020. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530991463/>

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: GEN, 2020. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992330/>

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. 5. ed. São Paulo: Ágora, 2021. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/194676/epub/>

MARTINELLI, Dante Pinheiro. Negociação e solução de conflitos. São Paulo: GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597025989/>

DI SALVO, Sílvia Helena Picarelli Gonçalves Johonsom. Mediação na administração pública brasileira: o desenho institucional e procedimental. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2018. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788584933518/>

Teoria geral do direito

O conceito de Direito: etimológico e etnológico. Divergências sobre o conteúdo do conceito de Direito. Direito como ciência. Direito e Moral. Direito e Justiça. Teorias da Justiça. Direito, Sociologia e Antropologia jurídicas. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: diversidade cultural e multiculturalismo na sociedade. A contribuição da filosofia para o Direito. Filosofia Jurídica. Direito e a sua função: regulação social e limitação do poder político. Educação em Direitos Humanos: Direitos Humanos, direitos fundamentais, princípios, regras, valores, jurisprudência. Direitos Humanos e sociedade: história, importância e proibição do retrocesso. Direito como instrumento de dominação e a crítica do poder. Transformações da sociedade e do Direito. Teoria da norma e do ordenamento jurídico: norma. Validade, vigência, vigor e eficácia. Ordenamento: hierarquia, lacunas e antinomias. Teoria das fontes do Direito. Jusnaturalismo, juspositivismo e pós-positivismo. Análises críticas do Direito. Teoria da decisão judicial. Teorias da argumentação jurídica. Hermenêutica jurídica. Hard cases.

Bibliografia Básica

MASCARO, Alysson Leandro. Introdução ao estudo do direito. 7. ed. São Paulo: GEN, 2020.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026160/>

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de filosofia do direito. 15. ed. São Paulo: GEN, 2020. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026528/>

BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves et al. Manual de filosofia política. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595673/>

Bibliografia Complementar

FREIRE SOARES, Ricardo Mauricio. Teoria geral do direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553611201/>

LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história. 6. ed. São Paulo: GEN, 2018. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597019247/>

MASCARO, Alysson Leandro. Filosofia do direito. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597022353/>

NADER, Paulo. Filosofia do direito. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530990237/>

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597021417/>

Vida & Carreira

Identidade e autoconhecimento. Competências socioemocionais. Equilíbrio e dimensões da vida. Valores e talentos. Projeto de Vida e Carreira. Autogestão da carreira. Resolução de problemas. Ética. Cidadania. Diversidade Cultural. Tendências do mundo do trabalho. Autoavaliação. Metacognição. Projeto de Engajamento Social.

Bibliografia Básica

AMARAL, Felipe Bueno. **Cultura e pós-modernidade**. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186503>

KUAZAQUI, Edmir. **Gestão de carreira**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122431>

CARVALHO JUNIOR, Moacir Ribeiro de. **Gestão de projetos: da academia à sociedade**. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6189>

Bibliografia Complementar

KUIAVA, Evaldo Antonio; BONFANTI, Janete. **Ética, política e subjetividade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3076>

SILVA, Altair José da (Org.). **Desenvolvimento pessoal e empregabilidade**. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/128195>

FRANÇA, Ana Shirley. **Comunicação oral nas empresas: como falar bem e em público**. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522499113>

OLIVERIA, Mara de; AUGUSTIN, Sérgio. (Orgs.). **Direitos humanos: emancipação e ruptura**. Caxias do Sul: Educs, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5711>

GOLD, Miriam. **Gestão de carreira: como ser o protagonista de sua própria história**. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440340>

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DISCENTE

As práticas avaliativas são orientadas pela compreensão da avaliação como uma experiência de aprendizagem, o que significa utilizá-la para oferecer feedback construtivo tanto para estudantes, quanto para educadores, motivando os estudantes a aprender e a diagnosticar seus pontos fortes e indicar caminho para as melhorias. Sendo importante entender que a avaliação é pensada e organizada para ser uma justa medida do seu desenvolvimento no percurso da educação, considerando o complexo e amplo processo de ensino e aprendizagem. A elaboração, correção e feedback das avaliações são prerrogativas do docente, podendo contar com o apoio do tutor (quando se aplicar) e com uso de inteligência artificial.

A proposta de avaliação está organizada considerando o conceito de avaliação contínua, ou seja, avaliações e feedbacks mais frequentes, para que seja possível acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e intervir com mais assertividade. Além disso, as avaliações propostas têm diferentes objetivos, todos alinhados com as competências que os estudantes devem desenvolver neste nível de ensino. Desta forma, as avaliações estão planejadas da seguinte forma:

Avaliação 1 (A1) – Dissertativa | 30 pontos

Avalia a expressão da linguagem específica de determinada área. O aluno precisa saber se expressar, sobretudo, na área em que ele irá atuar – com os códigos, símbolos, linguajar e dialeto inerentes a determinada área do conhecimento, levando-se em conta a realidade profissional ali compreendida. Pretende-se, nessa etapa avaliativa, verificar a capacidade de síntese e de interpretação, analisando-se a capacidade do aluno de não apenas memorizar, mas expressar-se criativamente diante de situações semelhantes aos reais.

Avaliação 2 (A2) – Múltipla escolha | 30 pontos

Avalia a leitura, a interpretação, a análise e o estabelecimento de relações considerando, portanto, essas competências.

Avaliação 3 (A3) – Avaliação dos desempenhos | 40 pontos

Avalia a compreensão efetiva do aluno em relação à integração dos conhecimentos propostos na unidade curricular. Consistirá no desenvolvimento de um projeto em que demonstre, por meio de um produto que pode ser texto, artigo, vídeo, entre outros, a mobilização dos conteúdos para resolver uma situação problema do mundo contemporâneo. É analisada, especialmente, a capacidade e a tendência de usar o que se sabe para operar o mundo e, também, a criatividade na proposta de soluções.

Durante todo o processo da A3, também são desenvolvidas e avaliadas as *soft skills* – competências socioemocionais dos estudantes.

Ressalta-se que o *feedback* dos professores constituirá elemento imprescindível para construção do conhecimento, portanto, será essencial que o docente realize as devolutivas necessárias, ao longo do semestre letivo. Para a A1 e A2 a devolutiva deverá ocorrer, necessariamente, após a divulgação das notas e, no caso da A3, durante o processo.

Na unidade curricular presencial, estará aprovado – naquela unidade curricular – o aluno que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos e atingir, no mínimo, 75% de frequência nas aulas presenciais. Nas unidades curriculares digitais (UCD), estará aprovado o aluno que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos.

Para os alunos que não obtiveram a soma de 70 pontos será oferecida a Avaliação Integrada, conforme esclarecido a seguir, com o valor de 30 pontos.

O aluno que tenha obtido nota final inferior a 70 pontos e, no mínimo 75% de presença nas aulas da unidade curricular presencial, poderá realizar avaliação integrada (AI) no início do semestre seguinte, que valerá de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.

9.1. AVALIAÇÃO INTEGRADA

A avaliação integrada consiste em uma prova, a ser realizada em data prevista no calendário acadêmico, abrangendo o conteúdo integral da unidade curricular e substituirá, entre A1 e A2, a menor nota. Após o lançamento da nota da avaliação

integrada (AI), o aluno que obtiver 70 pontos, como resultado da soma das avaliações (A1, A2 e A3), será considerado aprovado. O aluno que, porventura, vier a ser reprovado na unidade curricular, deverá refazê-la, na modalidade presencial ou digital, respeitada a oferta. A reprovação em componente curricular não interromperá a progressão do aluno no curso.

9.2. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR VIDA & CARREIRA

O componente curricular Vida & Carreira usa avaliação processual com atribuição de conceito às entregas previstas para o semestre. O estudante recebe o conceito de “Plenamente Satisfatório”, “Satisfatório” ou “Insatisfatório”, a depender de seu desempenho. O estudante que obtiver menos de 70 pontos receberá o conceito “Insatisfatório” e deverá refazer o componente curricular.

9.3. AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Na hipótese do estágio se constituir como competente curricular previsto no projeto pedagógico do curso de graduação, em conformidade com a legislação e as diretrizes curriculares pertinentes àquele curso, será ofertado e avaliado com os conceitos “Cumpriu” ou “Não Cumpriu”. A carga horária correspondente ao estágio, designada na matriz curricular do curso, será cumprida nos termos do projeto pedagógico do curso e do regulamento de estágio, quando existente. Referidas atividades serão supervisionadas por um professor orientador a quem cumprirá propor, acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos. Na hipótese de obter o conceito “Não Cumpriu” o aluno deverá, observada a oferta e disponibilidade de horário, efetuar nova matrícula nesse componente.

9.4. AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Caso o trabalho de conclusão de curso se constitua como componente curricular previsto no projeto pedagógico do curso de graduação, será orientado e avaliado com

os conceitos aprovado (A) ou reprovado (R), observados os critérios, regras e regulamento específicos emanados do Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação. Na hipótese de reprovação o aluno deverá, observada a oferta e disponibilidade de horário, efetuar nova matrícula neste componente.

9.5. CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO

Nas atividades complementares e nas atividades de extensão o aluno que comprovar, durante a integralização, o cumprimento integral da carga horária definida na matriz curricular, observado no Projeto Pedagógico do Curso, obterá o conceito “cumpriu”.

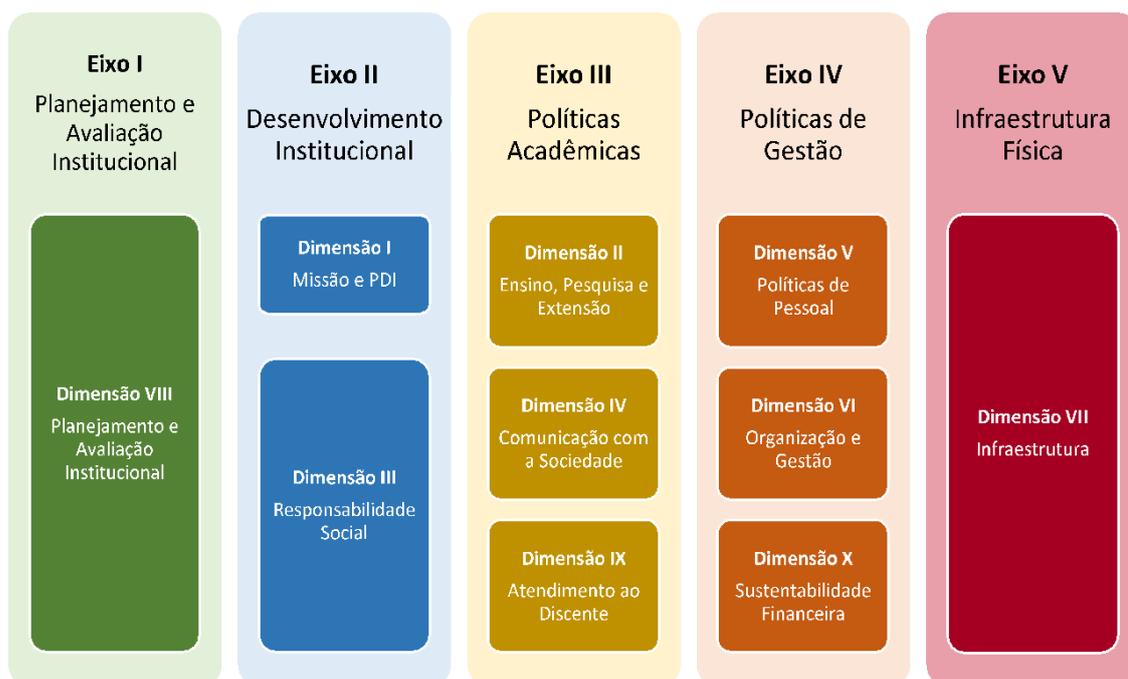
10. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DO CURSO

Em atendimento as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e às Orientações da Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior (CONAES), a instituição conta uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua junto aos setores da Instituição promovendo medidas de avaliação interna e de acompanhamento e análise das avaliações externas.

O processo de avaliação institucional compreende dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, ou seja, na autoavaliação, a instituição reunirá percepções e indicadores sobre si mesma, para então construir um plano de ação que defina os aspectos que poderão ser melhorados a fim de aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais, e/ou o aumento de sua eficiência organizacional.

Essa autoavaliação, realizada em todos os cursos da IES, a cada semestre, de forma quantitativa e qualitativa, atenderá à Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nº 10.8601, de 14 de abril de 2004. A legislação irá prevê a avaliação de dez dimensões, agrupadas em 5 eixos, conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 2 – Eixos e dimensões do SINAES



Fonte: SINAES / elaborado pela CPA.

O processo de autoavaliação da Universidade Potiguar foi idealizado em oito etapas, previstas e planejadas para que seus objetivos possam ser alcançados, conforme explicitado a seguir.

Figura 3 – Diagrama do Processo de Autoavaliação



Fonte: elaborado pela CPA.

De forma encadeada, as oito fases que compõem o processo de autoavaliação – Planejamento, sensibilização e engajamento dos participantes, execução da autoavaliação, coleta e análise dos dados, apresentação de resultados, elaboração de planos de ação, melhorias e elaboração do relatório final – devem promover o contínuo pensar sobre a qualidade da instituição.

Para isso, realiza uma avaliação continuada dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*, tanto nas modalidades presencial quanto a distância. Esse processo envolve alunos, professores e egressos, sendo totalmente voluntário e garantindo o anonimato dos participantes

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos com a participação efetiva da comunidade acadêmica. Por isso, a importância da sensibilização, que tem início, aproximadamente, um mês antes da data definida no calendário acadêmico para aplicação dos instrumentos e envolve, primeiramente os educadores, seguida dos estudantes. No processo de divulgação, a CPA amplia o canal de comunicação com a comunidade acadêmica, a fim de apurar as críticas e sugestões para o aprimoramento do modelo de avaliação institucional, incorporando sugestões de melhorias coletadas durante a autoavaliação.

Os resultados da avaliação servem como instrumento de gestão, buscando sempre melhorar o curso e a instituição. A partir dos resultados, inicia-se um processo de discussão com estudantes, Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso, educadores e gestores, para definir as ações a serem implementadas ao longo dos períodos.

As iniciativas descritas compõem recursos de avaliação interna. Contudo, destaque deve ser feito para a avaliação externa, que consideram: Avaliação do curso por comissões de verificação *in loco* designadas pelo INEP/MEC; Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE); Conceito Preliminar do Curso (CPC) que é gerado a partir da nota do ENADE combinado com outros insumos, como o delta de conhecimento agregado ao estudante (IDD), corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica

Sendo assim, esse segundo momento de acompanhamento e avaliação ocorre por mecanismos externos a IES. Considerando o trabalho realizado pelas comissões externas nomeadas pelo INEP/MEC, nos atos de autorização e reconhecimento de curso. Além das visitas *in loco*, e como componente do SINAES, o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) é outro instrumento avaliativo que irá contribuir para a permanente melhoria da qualidade do ensino oferecido.

O ENADE fornece informações que podem auxiliar a IES e o curso na análise do perfil de seus estudantes e, conseqüentemente, da própria instituição e o curso. Após a divulgação dos resultados do ENADE, realiza-se uma análise do relatório de avaliação do curso, a fim de verificar se todas as competências abordadas no Exame estão sendo contempladas pelos componentes curriculares do curso. Após a análise,

elabora-se um relatório com as ações previstas para a melhoria do desempenho do curso. Ao integrar os resultados do ENADE aos da autoavaliação, a IES inicia um processo de reflexão sobre seus compromissos e práticas, a fim de desenvolver uma gestão institucional preocupada com a formação de profissionais competentes tecnicamente e, ao mesmo tempo, éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade.

Dessa forma, a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação e os resultados das avaliações externas, por meio de estudos e planos de ação que embasam as decisões institucionais com foco no aprimoramento contínuo.

11. DOCENTES

O corpo docente do curso é composto por educadores com sólida e comprovada formação acadêmica, relevante qualificação profissional, além da experiência na docência superior (presencial e a distância). São priorizados profissionais que reúnem características compatíveis com o perfil do egresso e aptos a atuarem nos diversos ambientes de aprendizagem utilizados pelo curso. Sendo composto, preferencialmente, por docentes com título de mestre ou doutor, oriundos de reconhecidos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Os educadores são selecionados de acordo com as Unidades Curriculares a serem ofertadas, considerando o perfil do egresso, as demandas formativas do curso, os objetivos de aprendizagem esperados e o fomento ao raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes, para além da bibliografia proposta, proporcionando o acesso a conteúdo e grupos de estudo ou pesquisas relacionados as UCs e ao perfil do egresso.

Ainda que apresentem titulação que os qualifique para a prática docente, os educadores participam de programas de formação de professores, internos e externos, visando ao constante aperfeiçoamento, à qualificação em práticas acadêmicas relevantes e atuais com foco em uma sala de aula realmente transformadora, com base no marco conceitual do Ensino para a Compreensão (EpC), na utilização de metodologias ativas e das ferramentas tecnológicas.

Os docentes do curso que conduzem os encontros presenciais e a tutoria das atividades realizadas no AVA. Para isso, são incentivados e orientados a participarem da formação de professores, visando ao constante aperfeiçoamento na sua atuação como profissionais, assim como na preparação de atividades, objetivando a verticalização dos conhecimentos nas diversas áreas de atuação do profissional a ser formado. Os docentes do curso participam também de programas e projetos de extensão mediante editais internos e externos.

O Corpo Docente, enquanto núcleo de Trabalho, quando necessário participa ativamente na elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) por meio de Reuniões Plenas de Colegiados, NDE e Fóruns Permanentes de Discussão para adequação das matrizes curriculares, instituídos por atualizações nas

normativas e legislações relacionadas ao curso, ou por melhorias alinhadas as necessidades do mercado e resultados das avaliações internas e externas. Nos finais dos semestres serão realizadas oficinas especialmente dedicadas às discussões de adequações necessárias, momento em que os professores assumem papéis de autores e se apropriam de convicções, retomam os resultados dos Planos de Ação de Gestão do Curso para reformular/atualizar o Currículo Pleno. Assim, enquanto autores da concepção, se empenharão na implantação do currículo em suas relações subjetivas com os alunos nas salas de aulas.

Além disso, é incentivado o comprometimento do Corpo Docente em contribuir de maneira significativa na produção de Projetos de Extensão, orientação de Iniciações Científicas e de Trabalhos de Conclusão de Curso.

11.1. ATORES PEDAGÓGICOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O modelo acadêmico dos cursos presenciais utiliza uma metodologia híbrida, isto é, há encontros presenciais nas instalações da instituição e síncronos digitais com os professores alocados, a depender da condição da oferta: se totalmente presencial, se híbrida ou se totalmente digital, respeitando o percentual de hibrididade definido pelas diretrizes do Ministério da Educação para cursos presenciais. As unidades curriculares quando ofertadas de forma digital, ocorrem sempre em sincronidade, ou seja, com a presença do professor no ambiente remoto para ministrar as aulas, sendo esse um dos diferenciais do currículo na perspectiva da hibrididade.

Assim, as Unidades Curriculares (UC) ocorrem de forma presencial ou digital, de acordo com o planejamento de oferta de cada UC e são conduzidas por educadores cuidadosamente selecionados, que passam por um programa contínuo de formação docente denominado “Sala Mais”, reuniões semanais de Horário Coletivo, Antessala Docente e encontros de Gestão por UC que ocorrem mensalmente. No decorrer desses programas os professores recebem formação para atuação em todos os ambientes de aprendizagem que a instituição oportuniza aos alunos, visando o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e ferramentas tecnológicas necessárias para a prática docente.

As aulas presenciais são realizadas em diversos ambientes de aprendizagem: salas de aula, laboratórios, espaços de metodologia ativa, ambientes externos, ambientes colaborativos (por exemplo coworking) entre outros. Já as aulas digitais, são sempre síncronas e conduzidas por professores capacitados tanto para ministrar os conteúdos, como para dirimir as dúvidas dos estudantes através do ambiente virtual de aprendizagem, configurando também atividades de tutoria. Assim, o professor do digital assume também as atividades de tutor, caracterizando o que denominamos professor-tutor e para o qual especificamos as atribuições no decorrer desse texto.

Cabe aos professores, seja no presencial ou no digital, inspirar, mediar, orientar os estudantes no processo de ensino-aprendizagem, buscando dar o apoio necessário de diferentes maneiras: nos momentos síncronos (presencial ou digital) e nos momentos assíncronos, a partir da interação pelo ambiente virtual de aprendizagem, no intuito de esclarecer dúvidas e motivar a discussão (fóruns de discussão).

Quanto aos materiais didáticos relativos aos conteúdos previstos nos planos de ensino das UCs, serão disponibilizados pelos atores pedagógicos envolvidos no desenvolvimento da Unidade Curricular, utilizando os recursos do ambiente de aprendizagem virtual (AVA) e/ou materiais físicos (de pesquisa, leitura, análise).

O modelo acadêmico está estruturado a partir de 3 (três) atores pedagógicos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, que atuam desde a concepção do material didático até a interação entre docentes e estudantes. São eles:

- A. Professor especialista** das unidades curriculares presenciais;
- B. Professor-tutor especialista** das unidades curriculares digitais;
- C. Professor curador** dos materiais digitais de aprendizagem (e-Books), trilhas de busca ativa e outros materiais complementares.

11.1.1. Professor especialista

Docente com formação e experiência comprovada na unidade curricular que atua ou atuará, trabalha de forma articulada com o Projeto Pedagógico do Curso e com o plano de ensino. É o profissional responsável por mediar o processo de ensino-

aprendizagem e estimular a participação dos estudantes de acordo com as premissas do currículo E2A. **São suas atividades:**

- promover ações de engajamento dos estudantes, estabelecendo conexões entre os ambientes on-line e presencial a partir das metas de compreensão estabelecidas para cada UC;
- orientar os estudantes por meio de avisos ou mensagens, para que estes realizem estudos preliminares às aulas (sala de aula invertida);
- responder às dúvidas dos estudantes sobre conceitos, emitindo comentários mais elaborados, a fim de promover a maior compreensão do discente;
- manter contato com a coordenação do curso, quando necessário, ou quando solicitado;
- participar de reuniões institucionais, quando solicitado;
- acompanhar e motivar os estudantes a ampliarem seus estudos para além do conteúdo disponibilizado no ambiente *on-line* ou presencialmente;
- Elaborar, corrigir e dar feedback das avaliações;
- realizar a devolutiva das provas (feedback coletivo para a turma), apresentando contribuições para a compreensão dos pontos que precisam ser aprofundados com sugestões de materiais complementares ou revisão de conceitos da UC;
- estabelecer um ambiente de confiança, acolhimento, partilha e diálogo, independente do espaço;
- focar e moderar discussões;
- adicionar questões estimulantes que induzam ao questionamento, promovam a reflexão e participação;
- oferecer diferentes ideias e perspectivas para análise e discussão;
- fazer conexões entre ideias;
- planejar as aulas com base nas metas de compreensão, no cronograma de cada UC/turma e no percurso formativo de aprendizagem; e
- definir e formalizar o “contrato didático” com os alunos da turma, estabelecendo os acordos necessários para o desenvolvimento adequado das aulas.

11.1.2. Professor-tutor especialista

Os professores-tutores possuem formação e experiência comprovada na UC que atuam ou atuarão e serão responsáveis por conduzir e supervisionar o processo de ensino-aprendizagem assim como estimular a participação dos estudantes. É imprescindível que o professor-tutor trabalhe de forma articulada com o Projeto Pedagógico do Curso e com o plano de ensino.

Para que a interação entre o estudante e os professores-tutores seja bem-sucedida, é importante que o professor apresente as seguintes habilidades e competências:

- Engajar os estudantes na participação das aulas síncronas;
- Comunicar-se de maneira didática, clara, objetiva e empática;
- Ser dinâmico e ter facilidade na utilização de ferramentas educacionais digitais;
- Possuir experiência em docência no ensino superior;
- Ter formação e experiência profissional com o tema a ser abordado na UC.

As principais atribuições do Professor-Tutor são:

- planejar as aulas síncronas do semestre, com base nas metas de compreensão, no cronograma de cada UC e no percurso formativo de aprendizagem;
- planejar as aulas síncronas com temáticas e atividades estimulantes que induzam ao questionamento, promovam a reflexão e o engajamento dos estudantes;
- realizar as aulas síncronas por meio de plataforma digital (Ulife);
- Elaborar, corrigir e dar feedback das avaliações;
- orientar os estudantes por meio de avisos ou mensagens;
- responder às dúvidas dos estudantes, emitindo comentários mais elaborados, a fim de promover a maior compreensão do discente;
- manter contato com a coordenação do curso, quando necessário, ou quando solicitado;
- participar de reuniões institucionais, quando solicitado;
- acompanhar e motivar os estudantes a ampliarem seus estudos para além do conteúdo disponibilizado no ambiente *on-line*;

- fazer a gestão da sua turma, monitorando a participação dos alunos nas aulas e promovendo ações e atividades de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- realizar a devolutiva das atividades avaliativas, apresentando contribuições para a compreensão dos pontos que precisam ser aprofundados com sugestões de materiais complementares ou revisão de conceitos da UC;
- estabelecer um confiança, acolhimento, partilha e diálogo, independente do espaço;
- focar e moderar discussões;
- adicionar questões estimulantes que induzam ao questionamento, promovam a reflexão e participação;
- oferecer diferentes ideias e perspectivas para análise e discussão;
- fazer conexões entre ideias;
- explicitar e pactuar junto aos alunos as metas de compreensão, os critérios e formas de avaliação, a metodologia de trabalho, os prazos e outras informações pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem da UC.

11.1.3. Professor curador e atividades de curadoria

Docente com formação e experiência comprovada na unidade curricular objeto da curadoria, o professor curador atua na seleção e no desenvolvimento de materiais, tecnologias e objetos de aprendizagem a partir do plano de ensino da UCD. Para cumprir estas atividades, o professor passa por um processo de formação em curadoria digital, no qual compreende a melhor forma para buscar, selecionar, produzir quando necessário e organizar conteúdos originais, tendo como base a própria voz do autor. Os professores curadores utilizam o Plano de Produção como base na construção de cada Unidade de Aprendizagem que compõe a UCD, sendo orientados a instigar a reflexão analítica e crítica por meio da intertextualidade.

A linguagem dialógica encoraja os estudantes a se posicionarem frente à resolução de problemas, tendo como base teórica todo arsenal científico e prático proposto na curadoria digital. O objetivo é que, na interação com o conteúdo, o estudante possa ampliar e aprofundar sua compreensão sobre o objeto de estudo, proporcionando a

autorregulação da sua aprendizagem e a compreensão da sua própria realidade. A partir do material selecionado e dos livros e recursos disponíveis nas plataformas digitais da instituição, os professores curadores constroem trilhas de aprendizagem. Para ampliar e diversificar a experiência de aprendizagem do estudante, os curadores de área auxiliam os professores curadores na busca de bases digitais e nos Recursos Educacionais Abertos, colaborando pedagogicamente para a produção dos materiais.

Para que um professor seja um professor curador de UCD, destaca-se como pré-requisito que tenha mestrado ou doutorado na área de conhecimento, que já tenha lecionado a UC e que passe pelo processo de formação em curadoria digital.

As principais atribuições do professor curador são:

- Planejar a unidade de ensino considerando a divisão da meta máxima e metas sequenciadas, tópicos geradores e conteúdos relacionados, bibliografia básica e complementar;
- Desenvolver conteúdos estruturados a partir de metas de compreensão;
- Curar o conteúdo de forma intratextual e dialógica;
- Curar materiais para Busca Ativa.

12. INFRAESTRUTURA

A Instituição possui uma infraestrutura moderna, que combina tecnologia, conforto e funcionalidade para atender as necessidades dos seus estudantes e educadores. Os múltiplos espaços possibilitam a realização de diversos formatos de atividades e eventos como atividades extensionistas, seminários, congressos, cursos, reuniões, palestras, entre outros.

Todos os espaços da Instituição contam com cobertura *wi-fi*. As dependências estão dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade n. 13.146/2015, e o acesso às salas de aula e a circulação pelo *campus* são sinalizados por pisos táteis e orientação em braile. Contamos, também, rampas ou elevadores em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

12.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO

Os espaços físicos utilizados pelo curso serão constituídos por infraestrutura adequada que atenderá às necessidades exigidas pelas normas institucionais, pelas diretrizes do curso e pelos órgãos oficiais de fiscalização pública.

23.1.1. Salas de aula

As salas de aula do curso estarão equipadas segundo a finalidade e atenderão plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade necessários à atividade proposta. As salas possuirão computador com projetor multimídia e, sempre que necessário, os espaços contarão com manutenção periódica.

Ademais, serão acessíveis, não somente em relação à questão arquitetônica, mas também, quando necessário, a outros âmbitos da acessibilidade, como o instrumental, por exemplo, que se materializará na existência de recursos necessários à plena participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Outro recurso importante será a presença do intérprete de Libras na sala de aula caso também seja necessário e solicitado. A presença do intérprete contribuirá para superar

a barreira linguística e, conseqüentemente, as dificuldades dos estudantes surdos no processo de aprendizagem.

23.1.2. Instalações administrativas

As instalações administrativas serão adequadas para os usuários e para as atividades exercidas, com o material indicado para cada função. Além disso, irão possuir iluminação e ventilação artificial e natural. Todos os mobiliários serão adequados para as atividades, e as salas serão limpas diariamente, além de dispor de lixeiras em seu interior e nos corredores.

12.2. INSTALAÇÕES PARA OS DOCENTES

23.2.1. Sala dos professores

A instituição terá à disposição dos docentes uma sala coletiva, equipada com recursos de informática e comunicação. O espaço contará com iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e limpeza apropriados ao número de professores, além de espaço destinado para guardar materiais e equipamentos didáticos. O local será dimensionado de modo a considerar tanto o descanso, quanto a integração dos educadores.

23.2.2. Espaço para professores em tempo integral

O curso irá oferecer gabinete de trabalho plenamente adequado e equipado para os professores de tempo integral, atendendo de forma excelente aos aspectos de disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade apropriados para a realização dos trabalhos acadêmicos.

Com relação aos equipamentos e aos recursos de informática, a facilitação do acesso por parte de professores com deficiência ou mobilidade reduzida poderá se dar por meio da adequação dos programas e da adaptação dos equipamentos para as necessidades advindas da situação de deficiência (deficiências físicas, auditivas, visuais e cognitivas) a partir do uso de *softwares* especiais, ponteiras, adaptações em

teclados e mouses, etc. A tecnologia assistiva adequada será aquela que irá considerar as necessidades advindas da especificidade de cada pessoa e contexto e favorecerá a autonomia na execução das atividades inerentes à docência.

23.2.3. Instalações para a coordenação do curso

A coordenação do curso irá dispor de gabinete de trabalho que atenderá plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade proposta, além de equipamentos adequados, conforme poderá ser visto na visita *in loco*. A coordenação do curso contará com uma equipe de apoio, uma central de atendimento ao aluno a fim de auxiliar e orientar os discentes em questões financeiras e em relação à secretaria, a estágio e à ouvidoria.

12.3. LABORATÓRIOS DO CURSO

23.3.1. Laboratórios de informática

A instituição providenciará recursos de informática aos seus discentes (recursos de *hardware* e *software*), a serem implantados de acordo com as necessidades do curso. Serão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias. Os alunos terão acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores e uso de diferentes *softwares* e internet.

Os laboratórios de informática irão auxiliar tecnicamente no apoio às atividades de ensino e pesquisa, da administração e da prestação de serviços à comunidade. Os laboratórios de informática, a serem amplamente utilizados pelos docentes e discentes, irão garantir as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo, também, o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados. O espaço irá dispor de equipamentos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que poderão contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI), nos horários de aulas e em momentos extraclasse, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

Existirão serviços de manutenção preventiva e corretiva na área de informática. O mecanismo *helpdesk* permitirá pronto atendimento pelos técnicos da própria IES, que também irá firmar contratos com empresas de manutenção técnica. A instituição irá dispor de plano de expansão, proporcional ao crescimento anual do corpo social. Será atribuição da área de TI a definição das características necessárias para os equipamentos, servidores da rede de computadores, base de dados, telecomunicações, internet e intranet.

12.4. BIBLIOTECA

A biblioteca é gerenciada em suas rotinas pelo *software* Pergamum, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em seu acervo, constam não apenas livros da bibliografia básica das UCs ofertadas, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, *e-books*, enciclopédias, periódicos, jornais e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema Pergamum, com possibilidade de acesso ao catálogo *on-line* para consulta (autor, título, assunto e booleana), reserva e renovação.

A composição do acervo está diretamente relacionada aos novos meios de publicação de materiais bibliográficos, constituindo uma variedade de recursos que atende às indicações bibliográficas dos cursos e da comunidade em geral.

A instituição mantém assinaturas das bases de dados multidisciplinares da EBSCO e Vlex, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Bases de Dados disponíveis

Bases de Dados	Conteúdo
Vlex	Revistas especializadas e atualizadas, coleções de doutrinas essenciais, legislação comentada e pareceres da área jurídica.
Academic Search Ultimate	Oferece aos estudantes uma coleção sem precedentes de resenhas analisadas por especialistas, revistas científicas com texto completo, incluindo muitos periódicos indexados nos principais índices de citação.
AgeLine	O AgeLine é a fonte premier da literatura de gerontologia social e inclui conteúdo relacionado a envelhecimento das ciências biológicas, psicologia, sociologia, assistência social, economia e políticas públicas.

Business Source Ultimate	Oferece uma riqueza incomparável de periódicos com texto completo analisados por especialistas e outros recursos que fornecem informações históricas e tendências atuais em negócios que despertam discussões sobre mudanças e desenvolvimentos futuros no mundo empresarial.
Computers & Applied Sciences Complete	O Computers & Applied Sciences Complete cobre o espectro de pesquisa e desenvolvimento da computação e disciplinas de ciências aplicadas.
Dentistry & Oral Sciences Source	Odontologia geral e estética, anestesia dental, saúde pública, ortodontia, odontologia forense, odontologia geriátrica e pediátrica, cirurgia.
Dynamed	E uma ferramenta de referência clínica criada por médicos para médicos e outros profissionais de saúde para uso no local de atendimento. Com resumos clinicamente organizados com mais de 3.200 tópicos, a base fornece o conteúdo mais recente e recursos com relevância, validade e conveniência, tornando a ferramenta um recurso indispensável para responder a maioria das questões clínicas durante a prática.
EBSCO Discovery Service	Ferramenta de pesquisa on-line que reúne todas as bases assinadas pela Biblioteca para que possam ser explorados usando uma única caixa de pesquisa.
Engineering Source	Engenharia Civil, Elétrica, Computação, Mecânica, entre outras.
Fonte Acadêmica	Agricultura, ciências biológicas, ciências econômicas, história, direito, literatura, medicina, filosofia, psicologia, administração pública, religião e sociologia.
Hospitality & Tourism Complete	Aborda a pesquisa acadêmica e novidades sobre o setor em relação à hospedagem e ao turismo.
MedicLatina	Coleção exclusiva de periódicos científicos de pesquisa e investigação médica de renomadas editoras latino-americanas e espanholas.
MEDLINE Complete	Revistas biomédicas e de saúde.
Public Administration	Inclui registros bibliográficos cobrindo áreas essenciais relacionadas à administração pública, incluindo teoria da administração pública e outras áreas essenciais de relevância fundamental para a disciplina.
SportDiscus with Full Text	Medicina esportiva, fisiologia do esporte e psicologia do esporte à educação física e recreação.
World Politics Review	Análise das tendências globais.

O acesso ao acervo é aberto ao público interno da IES e à comunidade externa. Além disso, é destinado espaço específico para leitura, estudo individual e em grupos. O empréstimo é facultado a alunos, professores e colaboradores administrativos e poderá ser prorrogado desde que a obra não esteja reservada ou em atraso.

Além do acervo físico, a IES oferece também a toda comunidade acadêmica o acesso a milhares de títulos em todas as áreas do conhecimento por meio de cinco plataformas digitais. A Biblioteca Virtual Pearson, a Minha Biblioteca, Biblioteca Digital Senac, que irão contribuir para o aprimoramento e aprendizado do aluno. Elas possuem diversos recursos interativos e dinâmicos que contribuirão para a disponibilização e o acesso a informação de forma prática, acessível e eficaz. A plataforma da Biblioteca Virtual Pearson é disponibilizada pela editora Pearson e seus selos editoriais. Na plataforma Minha Biblioteca, uma parceria dos Grupos A e Gen e seus selos editoriais. Com estas editoras o aluno poderá interagir em grupo e propor

discussões no ambiente virtual da plataforma. Na plataforma Biblioteca Digital Senac nossa comunidade acadêmica terá acesso a títulos publicados pela Editora Senac São Paulo. É disponibilizado ainda, o acesso a plataforma de Coleção da ABNT, serviço de gerenciamento que proporciona a visualização das Normas Técnicas Brasileiras (NBR). As plataformas estarão disponíveis gratuitamente com acesso ilimitado para todos alunos e professores. O acesso será disponibilizado pelo sistema Ulife.

As bibliotecas virtuais têm como missão disponibilizar ao aluno mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência com um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas. A IES, dessa forma, estará comprometida com a formação e o desenvolvimento de um cidadão mais crítico e consciente.